

Cia. Brasileira de Energia

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

Prezados Acionistas,

A Administração da Companhia Brasileira de Energia ("Brasiliãna" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Perfil

A Companhia Brasileira de Energia é uma sociedade por ações e tem por objetivo exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente no setor de geração e distribuição de energia elétrica. Suas principais controladas são: AES Elpa S.A. ("AES Elpa"), Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo"), AES Tietê S.A. ("AES Tietê"), AES Uruguiana Empreendimentos S.A. ("AES Uruguiana") e AES Serviços TC Ltda. ("AES Serviços"), mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades.

Desempenho Econômico-Financeiro

Os ganhos com equivalência patrimonial na Companhia totalizaram R\$ 514,8 milhões em 2013 ante R\$ 306,3 milhões em 2012. O desempenho positivo é explicado, principalmente, pelo resultado de sua controlada AES Uruguiana (variação positiva de R\$ 153,4 milhões), influenciado pela reversão da provisão dos valores de contas a pagar à fornecedora de gás Yacimientos Petrolíferos y Fiscales S.A. ("YPF") de R\$ 122 milhões. Adicionalmente, houve melhora no resultado da controlada indireta AES Eletropaulo, com variação positiva de R\$ 5,3 milhões (equivalente à R\$ 59,8 milhões na controlada AES Elpa), devido aos menores custos gerenciais e com encargos de uso da rede e transmissão, os quais serão detalhados abaixo.

A contribuição de cada uma das controladas em 2013 está demonstrada no quadro a seguir:

R\$ Milhões	Resultado de Equivalência Patrimonial	Ágio	Total
Resultado de Equivalência Patrimonial			
AES Eletropaulo	8,8	(1,7)	7,1
AES Elpa (*)	13,5	(29,4)	(15,9)
Aes Tietê	454,8	(64,4)	390,4
Aes Uruguiana	138,3	–	138,3
AES Serviços TC	(5,1)	–	(5,1)
Total	610,3	(95,5)	514,8

(*) A AES Elpa detém 30,97% do capital da AES Eletropaulo
A AES Eletropaulo, na qual a Companhia detém 34,87% de seu capital social de forma direta e indireta, apresentou lucro líquido de R\$ 198,2 milhões em 2013 ante um lucro líquido de R\$ 55,0 milhões em 2012. Tal incremento é justificado, principalmente, pela redução de 12,5% nos custos e despesas operacionais em comparação com o ano anterior, devido ao menor custo com encargos de uso da rede e transmissão dado o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético e a redução nos custos gerenciais como resultado do programa de redução de custos efetivado pela AES Eletropaulo.
A AES Tietê, na qual a Brasiliãna detém 52,55% de seu capital social de forma direta, apresentou lucro líquido de R\$ 881,4 milhões em 2013, uma redução de 2,2% no ano (comparado a R\$ 901,3 milhões em 2012) influenciado, principalmente, pelo aumento no custo com compra de energia devido ao rebaixamento da garantia física no Sistema Interligado Nacional e da indisponibilidade das unidades geradoras, parcialmente compensado pelo reajuste no preço da energia vendida à AES Eletropaulo e a redução nos custos operacionais relacionados aos encargos de conexão e transmissão.
A AES Uruguiana, por sua vez, que é quase 100% detida pela Brasiliãna, reportou lucro líquido de R\$ 138,4 milhões em 2013 devido, principalmente, a reversão do contas a pagar à YPF no valor de R\$ 122 milhões, realizada no primeiro semestre de 2013, ante um prejuízo líquido de R\$ 15,1 milhões em 2012. Adicionalmente, a AES Serviços, também controlada pela Brasiliãna com quase 100% do seu capital social, obteve um prejuízo líquido de R\$ 5,1 milhões em 2013, ante um prejuízo líquido de R\$ 1,4 milhões em 2012. Tal variação no resultado é principalmente explicada pela redução na receita líquida em R\$ 2,7 milhões, acarretada pelos termos dos contratos de venda de energia, parcialmente compensados pelo aumento nos serviços de corte e religa, que passou a ser atividade fim dessa controlada.

O resultado financeiro da Brasiliãna foi positivo em R\$ 5,7 milhões em 2013, ante um resultado positivo de R\$ 11,5 milhões em 2012. Esse desempenho é explicado principalmente pelo menor saldo médio de aplicações financeiras (R\$ 71,3 milhões em 2013 ante R\$ 129,1 milhões em 2012) e a redução da rentabilidade destas aplicações de 98,57% do CDI em 2013 ante 101,97% em 2012.
A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 517,0 milhões em 2013 ante R\$ 322,1 milhões em 2012, um incremento de 60,5%, em função, principalmente, do melhor resultado de suas controladas AES Uruguiana e AES Eletropaulo, conforme detalhados acima.

Remuneração aos Acionistas

Dividendos Brasiliãna 2013 (R\$ Milhões)	
Lucro do Exercício - 31 de dezembro de 2013	517,0
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	53,0
Dividendos e JSCP prescritos de controladas	2,8
Constituição de Reserva Legal (5%)	(28,5)
Base para distribuição de dividendos	544,3
Dividendos intermediários distribuídos - 1S13	316,3
Proposta de distribuição de dividendos	80,0
Proposta de destinação para a Reserva Estatutária	148,0
Saldo remanescente	

Em vista do resultado apresentado acima e das estimativas de geração de caixa, a administração da Brasiliãna propõe a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, face à apuração de lucro líquido no montante de R\$ 517 milhões, que acrescido do ajuste de avaliação patrimonial, no valor de R\$ 53 milhões; e dos dividendos e juros sobre capital próprio prescritos de controladas, no valor de 2,8 milhões; e deduzida à constituição de reserva legal no valor de R\$28,5 milhões, perfaz um total a destinar de R\$ 544,3 milhões.

- As destinações mencionadas acima serão propostas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("AGO"), que ocorrerá até o dia 30 de abril de 2014, em conjunto com:
- (i) a ratificação da distribuição de dividendos intermediários pelo Conselho de Administração da Companhia, relativa ao resultado apurado pela Companhia no primeiro semestre de 2013, no montante de R\$316 milhões, os quais foram pagos em 2 parcelas: (a) R\$256 milhões, em 25 de setembro de 2013; e (b) R\$60 milhões, em 25 de novembro de 2013;
 - (ii) a distribuição de dividendos complementares no valor de R\$ 80 milhões e a definição da efetiva data para o pagamento; e
 - (iii) a constituição de reserva estatutária (reserva de lucros) no montante de R\$ 148 milhões.

Auditoria Independente

Ao longo do exercício de 2013, a Brasiliãna utilizou os serviços de auditoria independente da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para a realização de outros trabalhos de auditoria, em adição à auditoria de suas demonstrações contábeis e revisão especial de suas informações semestrais.

(i) Natureza do serviço: Verificação independente sobre as informações financeiras do Formulário de Referência da Companhia, referente ao ano calendário de 2013, segundo as diretrizes estabelecidas pela CVM. Data da contratação: 16 de julho de 2013.

O valor total do serviço descrito acima soma R\$ 10.495,00 (dez mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) e equivale a 3,97% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Os serviços descritos acima possuem prazo de contratação inferior a um ano.
A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da KPMG, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Barueri, 25 de fevereiro de 2014

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2013 e 2012 e 1º de janeiro de 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora						Consolidado					
	Notas	2013	2012	Em 1º de janeiro de 2012	2013	2012	Em 1º de janeiro de 2012	Notas	2013	2012	Em 1º de janeiro de 2012	
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado						
ATIVO CIRCULANTE												
Caixa e equivalentes de caixa	4	20	26	275	271.996	210.952	207.907					
Investimentos de curto prazo	4	114.534	40.479	246.758	1.368.315	1.232.390	2.037.870					
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	5	–	–	–	1.262.743	1.530.834	1.452.413					
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6.1	18.819	15.040	12.987	71.227	266.354	86.613					
Outros tributos compensáveis	6.2	–	–	1	152.478	183.349	86.589					
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	32.1	15.113	13.606	39.481	–	–	–					
Devedores diversos		71	–	–	1.041	2.352	3.554					
Contas a receber - acordos	9	–	–	–	72.837	39.914	13.197					
Contas a receber de partes relacionadas	32.1	–	–	–	–	–	11.753					
Outros créditos	10	437	435	438	164.364	150.396	112.332					
Almoxarifado		–	–	–	54.822	63.936	52.553					
Despesas pagas antecipadamente		2	4	4	30.649	3.672	2.726					
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		148.996	69.590	299.944	3.450.472	3.684.149	4.067.507					
ATIVO NÃO CIRCULANTE												
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	5	–	–	–	33.121	33.121	33.121					
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6.1	–	–	–	–	3.335	22.255					
Outros tributos compensáveis	6.2	–	–	–	50.804	57.025	108.739					
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	37.231	37.781	29.685	316.351	841.941	288.514					
Tributos a recuperar	8	–	–	–	89.137	99.063	109.411					
Caucões e depósitos vinculados	22	28.755	25.259	19.949	527.724	508.291	580.485					
Contas a receber - acordos	9	–	–	–	42.561	15.163	40.811					
Outros créditos	10	193	21.584	20.263	92.110	110.843	160.079					
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	16	–	–	–	(53.952)	(54.173)	(49.727)					
Ativo financeiro da concessão	12	–	–	–	1.386.931	1.181.937	1.041.813					
Investimento	13	2.750.014	2.380.767	3.073.624	9.500	9.500	9.500					
Imobilizado, líquido	14	–	–	–	3.550.124	3.551.765	3.612.618					
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	14	–	–	–	(399.848)	(422.713)	(447.412)					
Intangível	15	1.022.522	1.118.068	1.216.365	7.478.425	7.625.467	7.884.821					
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.838.715	3.583.459	4.359.886	13.122.988	13.560.565	13.395.028					
TOTAL DO ATIVO		3.987.711	3.653.049	4.659.830	16.573.460	17.244.714	17.462.535					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Controladora						Consolidado					
	Notas	2013	2012	Em 1º de janeiro de 2012	2013	2012	Em 1º de janeiro de 2012	Notas	2013	2012	Em 1º de janeiro de 2012	
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado						
PASSIVO CIRCULANTE												
Fornecedores	17	297	122	556	1.039.117	1.430.630	1.018.990					
Empréstimos e financiamentos	19	–	–	–	68.740	33.859	88.872					
Debêntures	19	–	–	–	367.871	363.143	268.808					
Arrendamento financeiro	19	–	–	–	4.733	4.902	8.203					
Subvenção governamental	20	–	–	–	1.408	760	–					
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18.1	–	–	4.938	414.128	395.305	383.484					
Outros tributos a pagar	18.2	8	18	4	266.297	343.851	466.570					
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	27.2	–	–	267.478	68.188	63.449	426.499					
Obrigações estimadas		–	–	–	117.124	122.233	112.174					
Obrigações sociais e trabalhistas		–	–	–	2.467	5.658	4.575					
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	23	–	–	–	11.241	81.805	102.078					
Provisões para processos judiciais e outros	22	–	–	155	202.730	178.873	223.725					
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	24	–	–	–	55.188	61.460	53.327					
Outras obrigações	25	1	–	2	246.133	186.953	185.420					
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		306	140	273.133	2.865.365	3.272.881	3.342.725					
PASSIVO NÃO CIRCULANTE												
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	17	–	–	–	70.887	70.887	70.887					
Empréstimos e financiamentos	19	–	–	–	499.406	554.678	715.012					
Debêntures	19	–	–	–	2.912.842	2.759.045	2.334.958					
Arrendamento financeiro	19	–	–	–	12.251	3.052	4.317					
Subvenção governamental	20	–	–	–	3.669	2.738	–					
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	–	–	–	543.042	582.416	619.940					
Obrigações com entidade de previdência privada	21	–	–	–	2.553.170	3.967.832	2.436.445					
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	23	–	–	–	–	–	2.705					
Provisões para processos judiciais e outros	22	29.433	26.736	23.448	419.036	405.192	407.266					
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	24	–	–	–	15.428	26.935	89.002					
Contas a pagar a partes relacionadas	32.1	9.203	24.123	23.195	9.010	9.010	9.010					
Obrigações estimadas		–	–	–	1.522	20.713	21.062					
Reserva de reversão		–	–	–	66.085	66.085	66.085					
Outras obrigações	25	–	–	–	63.406	27.051	55.567					
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		38.636	50.859	46.643	7.169.754	8.498.339	6.856.639					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO												
Capital social subscrito e integralizado	26	2.960.708	2.960.708	2.960.708	2.960.708	2.960.708	2.960.708					
Reservas de lucros:												
- Legal	27.2	207.763	179.263	159.445	207.763	179.263	159.445					
- Estatutária	27.2	211.160	138.432	138.432	211.160	138.432	138.432					
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	27.2	80.000	126.773	428.221	80.000	126.773	428.221					
Ajustes de avaliação patrimonial	26	796.638	849.622	930.785	796.638	849.622	930.785					
Outros resultados abrangentes		(307.500)	(652.748)	(277.537)	(307.500)	(652.748)	(277.537)					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual de receber caixa ou outro instrumento financeiro, direito contratual de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade sob determinadas condições.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

A mensuração de ativos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda e recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício.

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia e suas controladas têm a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.
- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os recebíveis são ajustados posteriormente por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação de dívidas.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Normalmente, os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica "investimentos de curto prazo".

Investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido quando incorridas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que dovesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido da Companhia. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

(b) Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias, e outras contas a receber, como instrumentos financeiros "empréstimos e recebíveis". Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva ("custo amortizado"). O (ii) quando o montante amortizado for superior a 30% do total da dívida negociada e estiver adimplente, inclusive com os demais débitos. Os recebimentos de créditos referentes a contas a receber que foram baixados, por terem se enquadrado nos parâmetros de perdas, são registrados a crédito da conta de "Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa".

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, demonstrada na nota explicativa nº 11 está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos e os saldos estão deduzido nas rubricas do ativo que as originaram - vide notas explicativas nºs 5, 6, 9 e 10. O critério utilizado atualmente pela Companhia e suas controladas para constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa é o seguinte:

- Consumidores**
 - Classe residencial: consumidores com contas vencidas há mais de 90 dias;
 - Classe comercial: consumidores com contas vencidas há mais de 180 dias;
 - Classe industrial e rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.
- Serviços prestados/Acordos/Outros créditos -**
 - Faturas vencidas há mais de 360 dias.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui também análise individual pela Administração das contas julgadas de difícil recebimento. As baixas de créditos enquadrados nos parâmetros de perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos na Lei nº 9.430/1996: faturas e créditos com valores de até R\$ 5, vencidos há mais de 180 dias; valores de R\$ 5 a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias; valores superiores a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias desde que tomadas e mantidas medidas judiciais de cobranças. Os acordos de parcelamento dos Termos de Confissão de Dívida - TCD inadimplentes são provisionados pelo seu valor total, independentemente existirem parcelas cujos valores ainda não estejam vencidos, e revertidos (i) proporcionalmente ao valor recebido de cada parcela negociada (ii) quando o montante amortizado for superior a 30% do total da dívida negociada e estiver adimplente, inclusive com os demais débitos. Os recebimentos de créditos referentes a contas a receber que foram baixados, por terem se enquadrado nos parâmetros de perdas, são registrados a crédito da conta de "Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa".

(d) Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro.

(e) Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, a Companhia e suas controladas mantêm esse ativo financeiro registrado em seus livros e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Almoarifado

Está valorizado ao custo médio de aquisição ou produção. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Os materiais destinados às construções de itens do ativo intangível de concessão da controlada indireta Eletropaulo e imobilizados das suas controladas são classificados como imobilizações em curso.

3.3 Contrato de concessão (ativo financeiro e intangível da concessão)

Os ativos relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros e ativos intangíveis. Os ativos da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível da concessão) são remunerados por meio do WACC regulatório, que consiste nos juros remuneratórios incluídos na tarifa cobrada dos clientes da controlada indireta Eletropaulo, e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão. A controlada indireta Eletropaulo possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a controlada indireta Eletropaulo mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a controlada indireta Eletropaulo verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada pela controlada indireta Eletropaulo para trazer à valor presente os fluxos de caixa estimados. A controlada indireta Eletropaulo entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes uma vez que a controlada indireta Eletropaulo concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da controlada indireta Eletropaulo de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato de concessão.

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. De acordo com o pronunciamento CPC 04 (IAS 38) - Ativo Intangível, a vida útil da concessão é finita e o ativo é completamente amortizado ao término da concessão.

A controlada indireta Eletropaulo agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção do ativo intangível de concessão em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo intangível de concessão em curso; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados.

3.4 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado da controlada Tiétê foram avaliados ao custo atribuído ("*deemed cost*") na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados.

Os bens do ativo imobilizado das demais controladas são avaliados ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos das respectivas depreciações, à exceção de terrenos que não são depreciados, e que foram considerados pela administração como sendo equivalente ao custo atribuído, na data de transição para as normas internacionais de contabilidade.

As administrações da ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A estimativa do valor residual do imobilizado da controlada Tiétê leva em consideração a melhor estimativa de sua Administração, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação aplicável para concessões no tocante ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração, e não amortizados ao final da concessão.

3.5 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e ajustes ao seu provável valor de recuperação, quando necessário. Ativos intangíveis gerados internamente, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

No caso específico da controlada Tiétê, o ativo intangível compreende principalmente o direito de a mesma operar como concessionária de uso do bem público (UBP) na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, pelo prazo de 30 anos.

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.4, os intangíveis da controlada indireta Eletropaulo relacionam-se com seu direito de concessão. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido de venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.6 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração (ativos não financeiros)

As administrações da ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Portanto, os ajustes decorrentes da mudança na política contábil sobre os saldos anteriormente divulgados de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 estão apresentados abaixo. Vale ressaltar que os impactos são meramente para fins de comparabilidade, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

		Controladora			Consolidado		
		2012			2012		
		Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa							
		4	26	–	26	210.952	–
	Investimentos de curto prazo	4	40.479	–	40.479	1.232.390	–
	Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	5	–	–	–	1.530.834	–
	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6.1	15.040	–	15.040	266.354	–
	Outros tributos compensáveis	6.2	–	–	–	183.349	–
	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	32.1	13.606	–	13.606	–	–
	Devedores diversos		–	–	–	2.352	–
	Contas a receber - acordos	9	–	–	–	39.914	–
	Outros créditos	10	435	–	435	150.396	–
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	–	–	–	–	–
	Almoarifado		–	–	–	63.936	–
	Despesas pagas antecipadamente		4	–	4	3.672	–
	TOTAL ATIVO CIRCULANTE	69.590	–	–	69.590	3.684.149	–
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias							
		5	–	–	–	33.121	–
	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6.1	–	–	–	3.335	–
	Outros tributos compensáveis	6.2	–	–	–	57.025	–
	Tributos e contribuições		–	–	–	–	–
	Ativos diferidos	7	37.781	–	37.781	804.160	841.941
	Tributos a recuperar	8	–	–	–	99.063	–
	Causas e créditos vinculados	22	25.259	–	25.259	506.291	–
	Contas a receber - acordos	9	–	–	–	15.163	–
	Outros créditos	10	21.584	–	21.584	110.843	–
	Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos/estoque de gás	16	–	–	–	(54.173)	–
	Ativo financeiro de concessão	12	–	–	–	1.181.937	–
	Investimento	13	3.033.515	(652.748)	2.380.767	9.500	–
	Imobilizado, líquido	14	–	–	–	3.551.765	–
	Intangível	15	1.118.068	–	1.118.068	7.625.467	–
	Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	14	–	–	–	(422.713)	–
	TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.236.207	(652.748)	3.583.459	12.756.405	804.160	13.560.565
	TOTAL DO ATIVO	4.305.797	(652.748)	3.653.049	16.440.554	804.160	17.244.714

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	2012			2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	17	122	122	1.430.630	-	1.430.630
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	33.859	-	33.859
Debêntures	19	-	-	363.143	-	363.143
Arrendamento financeiro	19	-	-	4.902	-	4.902
Subvenção governamental	20	-	-	760	-	760
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18.1	-	-	395.305	-	395.305
Outros tributos a pagar	18.2	18	18	343.851	-	343.851
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	27.2	-	-	63.449	-	63.449
Obrigações estimadas	-	-	-	122.233	-	122.233
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	5.658	-	5.658
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	23	-	-	81.805	-	81.805
Provisões para processos judiciais e outros	22	-	-	178.873	-	178.873
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	24	-	-	61.460	-	61.460
Outras obrigações	25	-	-	186.953	-	186.953
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		140	140	3.272.881	-	3.272.881
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	17	-	-	70.887	-	70.887
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	554.678	-	554.678
Debêntures	19	-	-	2.759.045	-	2.759.045
Arrendamento financeiro	19	-	-	3.052	-	3.052
Subvenção governamental	20	-	-	2.738	-	2.738
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	-	-	741.868	(159.452)	582.416
Obrigações com entidade de previdência privada	21	-	-	1.133.680	2.834.152	3.967.832
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	23	-	-	2.705	-	2.705
Provisões para processos judiciais e outros	22	26.736	26.736	405.192	-	405.192
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	24	-	-	26.935	-	26.935
Contas a pagar a partes relacionadas	32.1	24.123	24.123	9.010	-	9.010
Obrigações estimadas	-	-	-	20.713	-	20.713
Reserva de reversão	-	-	-	66.085	-	66.085
Outras obrigações	25	-	-	27.051	-	27.051
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		50.859	50.859	5.823.639	2.674.700	8.498.339
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social subscrito e integralizado	26	2.960.708	2.960.708	2.960.708	-	2.960.708
Reservas de lucros:						
- Legal	27.2	179.263	179.263	179.263	-	179.263
- Estatutária	27.2	138.432	138.432	138.432	-	138.432
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	27.2	126.773	126.773	126.773	-	126.773
Ajustes de avaliação patrimonial	26	849.622	849.622	849.622	-	849.622
Outros resultados abrangentes	26	-	(652.748)	-	(652.748)	(652.748)
Subtotal		4.254.798	3.602.050	4.254.798	(652.748)	3.602.050
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	3.089.236	(1.217.792)	1.871.444
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.254.798	(652.748)	3.602.050	7.344.034	5.473.494
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.305.797	(652.748)	3.653.049	16.440.554	804.160

Reconciliação da demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 após adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados

	Controladora			Consolidado		
	2012			2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	-	-	10.099.789	-	10.099.789
CUSTOS OPERACIONAIS						
Custo com Energia Elétrica/Gás						
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	(3.390.184)	-	(3.390.184)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra	-	-	-	(210.785)	-	(210.785)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	(1.589.492)	-	(1.589.492)
Taxa de fiscalização	-	-	-	(30.941)	-	(30.941)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	-	(68.354)	-	(68.354)
Gás comprado para geração de energia elétrica	-	-	-	(20)	-	(20)
Custo de Operação						
Pessoal e administradores	(83)	-	(83)	(618.954)	-	(618.954)
Entidade de previdência privada	21	-	-	(168.943)	(80.200)	(249.143)
Serviços de terceiros	(3.280)	-	(3.280)	(606.411)	-	(606.411)
Material	(1)	-	(1)	(69.985)	-	(69.985)
Custo de construção	-	-	-	(831.115)	-	(831.115)
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(39.031)	-	(39.031)
Provisão para processos judiciais e outros	(11)	-	(11)	(74.052)	-	(74.052)
Reversão da provisão para redução ao provável valor de realização	-	-	-	20.254	-	20.254
Depreciação e amortização	-	-	-	(638.390)	-	(638.390)
Outras receitas e custos	29	(349)	(349)	(230.619)	-	(230.619)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(3.724)	(3.724)	(8.547.022)	(80.200)	(8.627.222)
RESULTADO DO SERVIÇO		(3.724)	(3.724)	1.552.767	(80.200)	1.472.567
Resultado de equivalência patrimonial	13	423.064	(18.458)	404.606	-	-
Amortização de intangível de concessão	15	(98.297)	-	(98.297)	-	(144.243)
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	30	13.269	-	13.269	-	304.051
Despesas financeiras	30	(1.543)	-	(1.543)	-	(501.235)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	30	(262)	-	(262)	-	102.316
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		11.464	(18.458)	94.868	(94.868)	1.233.456
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		332.507	(18.458)	314.049	(80.200)	1.313.656
Contribuição social	-	-	-	(126.131)	-	(126.131)
Imposto de renda	-	-	-	(340.439)	-	(340.439)
Contribuição social diferida	-	-	-	(2.718)	7.218	4.500
Imposto de renda diferido	31	2.143	2.143	(7.840)	20.050	12.210
TOTAL DOS TRIBUTOS		8.097	(8.097)	(477.128)	27.268	(449.860)
Resultado líquido das operações continuadas		340.604	(18.458)	322.146	(52.932)	783.596
Resultado líquido das operações descontinuadas		-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	27.1	340.604	(18.458)	322.146	(52.932)	783.596
Atribuído a sócios da empresa controladora		340.604	(18.458)	322.146	(18.458)	322.146
Atribuído a sócios não controladores		-	-	495.924	(34.474)	461.450
Resultado por ação ON	27.1	0,52401	-	0,49561	-	0,49561
Resultado por ação PN	27.1	0,52401	-	0,49561	-	0,49561

Reconciliação da demonstração dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 após adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados

	Controladora			Consolidado		
	2012			2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	340.604	(18.458)	322.146	836.528	(52.932)	783.596
Outros resultados abrangentes						
Atualização do ativo financeiro de controlada	(38.517)	-	(38.517)	(110.454)	-	(110.454)
Efeito de imposto de renda e contribuição social	13.096	-	13.096	37.554	-	37.554
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	315.183	(18.458)	296.725	763.628	(52.932)	710.696
Atribuído a sócios da empresa controladora		315.183	(18.458)	315.183	(18.458)	296.725
Atribuído a sócios não controladores		-	-	448.445	(34.474)	413.971

Reconciliação dos saldos iniciais e finais das demonstrações das mutações do patrimônio líquido após adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados

	Controladora			Consolidado		
	2012			2011		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
Patrimônio líquido originalmente emitido				4.254.798	4.617.591	7.344.034
Ajustes reflexos líquidos de imposto de renda e contribuição social				(634.290)	(277.537)	(1.790.340)
Ajuste ao resultado do período				(18.458)	-	(795.893)
Patrimônio líquido reapresentado				3.602.050	4.340.054	5.473.494

Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 após adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados

	Controladora			Consolidado		
	2012			2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
Caixa Líquido Atividades Operacionais	749.022	-	749.022	1.472.516	-	1.472.516
Caixa Gerado nas Operações	737.798	-	737.798	2.313.379	-	2.313.379
Lucro líquido do exercício	340.604	(18.458)	322.146	340.604	(18.458)	322.146
Depreciação e amortização	-	-	-	638.390	-	638.390
Amortização do intangível de concessão	98.297	-	98.297	144.243	-	144.243
Amortização do uso do bem público (UBP)	-	-	-	2.690	-	2.690
Variação monetária/cambial	262	-	262	(15.575)	-	(15.575)
Atualização do ativo financeiro de concessão	-	-	-	15.119	-	15.119
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	61.166	-	61.166
Provisão para processos judiciais e outros	11	-	11	130.641	-	130.641
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	-	-	-	393.235	-	393.235
Fundo de pensão/Plano de assistência - Deliberação CVM 695	-	-	-	165.888	80.200	246.088
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(10.998)	-	(10.998)	(161.107)	-	(161.107)
Baixa de ativo financeiro, intangível de concessão e imobilizado	-	-	-	97.257	-	97.257
Resultado da equivalência patrimonial	(431.747)	18.458	(413.289)	-	-	-
Perdas em Investimentos	8.683	-	8.683	21.501	-	21.501
Reversão da provisão para redução ao provável valor de realização	-	-	-	(20.254)	-	(20.254)
Tributos e contribuições sociais diferidos	(8.097)	-	(8.097)	10.558	(27.268)	(16.710)
Ações e opções de ações outorgadas	-	-	-	1.112	-	1.112
Dividendos e Juros s/Capital Próprio recebidos	740.783	-	740.783	4.031	-	4.031
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	495.924	(34.474)	461.450
Ganho na alienação de bens do ativo imobilizado	-	-	-	(10.044)	-	(10.044)
Variações nos Ativos e Passivos	11.224	-	11.224	(832.547)	-	(832.547)
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	-	-	-	(181.461)	-	(181.461)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(149)	-	(149)	(163.675)	-	(163.675)
Outros tributos compensáveis	1	-	1	(45.056)	-	(45.056)
Serviços prestados	-	-	-	(180)	-	(180)
Almoxarifado	-	-	-	(11.363)	-	(11.363)
Contas a receber - Acordos	-	-	-	38.244	-	38.244
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	11.842	-	11.842
Outros créditos	(1.067)	-	(1.067)	(9.822)	-	(9.822)
Fornecedores	(434)	-	(434)	401.816	-	401.816
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(4.938)	-	(4.938)	11.874	-	11.874
Outros tributos a pagar	1.493	-	1.493	(111.975)	-	(111.975)
Pagamento de processos judiciais e outros	-	-	-	(157.789)	-	(157.789)

	Controladora			Consolidado		
	2012			2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado			
	Em 1º de janeiro de 2012			Em 1º de janeiro de 2012			
	Notas	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores	17	556	–	556	1.018.990	–	1.018.990
Empréstimos e financiamentos	19	–	–	–	88.872	–	88.872
Debêntures	19	–	–	–	268.808	–	268.808
Arrendamento financeiro	19	–	–	–	8.203	–	8.203
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18.1	4.938	–	4.938	383.484	–	383.484
Outros tributos a pagar	18.2	4	–	4	466.570	–	466.570
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	27.2	267.478	–	267.478	426.499	–	426.499
Obrigações estimadas	–	–	–	–	112.174	–	112.174
Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	–	–	4.575	–	4.575
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	23	–	–	–	102.078	–	102.078
Provisões para processos judiciais e outros	22	155	–	155	223.725	–	223.725
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	24	–	–	–	53.327	–	53.327
Outras obrigações	25	2	–	2	185.420	–	185.420
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		273.133		273.133	3.342.725		3.342.725
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	17	–	–	–	70.887	–	70.887
Empréstimos e financiamentos	19	–	–	–	715.012	–	715.012
Debêntures	19	–	–	–	2.334.958	–	2.334.958
Arrendamento financeiro	19	–	–	–	4.317	–	4.317
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	–	–	–	771.117	(151.177)	619.940
Obrigações com entidade de previdência privada	21	–	–	–	1.230.546	1.205.899	2.436.445
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	23	–	–	–	27.088	–	27.088
Provisões para processos judiciais e outros	22	23.448	–	23.448	407.266	–	407.266
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	24	–	–	–	89.002	–	89.002
Contas a pagar a partes relacionadas	32.1	23.195	–	23.195	9.010	–	9.010
Obrigações estimadas	–	–	–	–	21.062	–	21.062
Reserva de reversão	–	–	–	–	66.085	–	66.085
Outras obrigações	25	–	–	–	55.567	–	55.567
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		46.643		46.643	5.801.917	1.054.722	6.856.639
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social subscrito e integralizado	26	2.960.708	–	2.960.708	2.960.708	–	2.960.708
Reservas de lucros:							
- Legal	27.2	159.445	–	159.445	159.445	–	159.445
- Estatutária	27.2	138.432	–	138.432	138.432	–	138.432
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	27.2	428.221	–	428.221	428.221	–	428.221
Ajustes de avaliação patrimonial	26	930.785	–	930.785	930.785	–	930.785
Outros resultados abrangentes	26	–	(277.537)	(277.537)	–	(277.537)	(277.537)
Subtotal		4.617.591		(277.537)	4.617.591		(277.537)
Participação de acionistas não controladores	–	–	–	–	3.441.473	(518.356)	2.923.117
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.617.591		(277.537)	4.340.054		(795.893)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.937.367		(277.537)	17.203.706		258.829

3.20 Contratos de arrendamento (Leasing)

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pelas controladas (*arrendamento mercantil financeiro*) estão registrados como um ativo imobilizado dessas controladas em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. O arrendamento é reconhecido inicialmente por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, calculado com base na taxa de juros implícita no arrendamento ou com base na taxa incremental de financiamento das controladas. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário, quando aplicável, são adicionados como parte do custo do ativo. Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados ou amortizados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois o menor. Os Juros são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.21 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, para o qual haja informação financeira individualizada disponível, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia e de suas controladas para a tomada de decisões sobre a alocação de recursos ao segmento e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição e outra de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui os seguintes segmentos passíveis de divulgação:

- Distribuição de energia - Eletropaulo;
- Geração de energia - Tietê e Uruguaiana;
- Outros.

3.22 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas, bem como adote premissas que impactam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, as estimativas estão suportadas por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotaram premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa a determinação dessas premissas e estimativas, o que pode resultar em um ajuste significativo no valor contábil do correspondente ativo ou passivo em períodos futuros, principalmente, devido a mudanças nas circunstâncias ou a fatos novos. Um evento que requeria modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente.

As principais premissas e estimativas adotadas pela Companhia e suas controladas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir:

(a) Vida útil dos bens do imobilizado

Controlada Tietê - conforme descrito na nota explicativa nº 3.5, utiliza os critérios definidos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, e os preceitos do laudo de avaliação na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado. Consequentemente os valores residuais dos bens do imobilizado resultam da aplicação das vidas úteis definidas pela ANEEL e os resultantes valores residuais que incluem o projeto básico, espelhando o direito de indenização ao final do contrato de concessão com base na melhor estimativa da Administração da controlada Tietê, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação em vigor.

Controlada indireta Eletropaulo - os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com o menor entre a sua vida útil econômica estimada ou o prazo contratual do arrendamento mercantil.

(b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo, em bases anuais a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração (vide nota explicativa nº 3.7). O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC regulatório. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração estima que os valores contábeis serão recuperados através de suas operações futuras.

(c) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.

O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

(d) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.20, as controladas Eletropaulo e Tietê patrocinam planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

As principais premissas utilizadas estão descritas a seguir:

Taxa de desconto: de acordo com o pronunciamiento CPC 33(R1) - Benefícios a Empregados, a taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego, deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado para títulos ou obrigações corporativas de alta qualidade. Se não houver mercado ativo desses títulos, devem ser usados os rendimentos de mercado relativos aos títulos do Tesouro Nacional. Ao determinar a taxa de desconto adequada, consideram-se as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação do benefício definido.

Taxa de mortalidade: a taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A Fundação CESP testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação: aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, é feito levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos: de acordo com o pronunciamiento CPC 33(R1) Benefícios a Empregados, a taxa esperada de retorno dos ativos do plano será a mesma utilizada para descontar o valor do passivo.

(e) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa nº 33.

(f) Provisão para processos judiciais e outros

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.10, a Companhia e suas controladas reconhecem provisão para processos judiciais e outros quando é provável que haja uma saída de recursos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, devido a mudanças nas circunstâncias ou fatos novos. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

(g) Amortização do intangível de concessão

Controlada indireta Eletropaulo - os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. A controlada indireta Eletropaulo utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.

3.23 Demonstração do resultado

A demonstração do resultado está apresentada pela natureza das despesas e receitas operacionais.

3.24 Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis:

- Alteração do IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Compensação de ativos e passivos financeiros.
- Alteração ao IFRS 10 - Entidades para Investimentos - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas: Entidades de Investimentos.
- IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos - Divulgação dos valores recuperáveis para ativos não financeiros.

Os possíveis impactos decorrentes dessa adoção serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Caixa e Equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	Tipo de operação		Tipo de operação	
	2013	2012	2013	2012
Numerário disponível	20	26	7.696	81.562
Numerário em trânsito	–	–	55.897	33.555
CDB-DI (i)	–	–	26.314	39.252
Operação compromissada (i)	–	–	182.089	56.583
	20	26	271.996	210.952
Investimentos de curto prazo				
Tipo de operação	2013	2012	2013	2012
CDB-DI (i)	42.696	16.223	255.270	240.129
Operação compromissada (i)	71.838	24.256	972.593	855.721
Fundo de investimento (ii)	–	–	101.922	113.609
Títulos públicos (iii)	–	–	39.360	22.931
	114.534	40.479	1.368.315	1.232.390

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

(i) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas (*) foram remunerados, em média, no caso da Companhia a 98,57% do CDI (101,97% em 31 de dezembro de 2012), e nas controladas variando de 99,88% a 102,62% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (99,86% a 102,69% em 31 de dezembro de 2012), e têm características de liquidez imediata.

(ii) Trata-se de um fundo de investimento administrado por instituição financeira de primeira linha, destinado exclusivamente a receber recursos das controladas e cujo objetivo é o de buscar rentabilidade compatível com investimentos tradicionais de renda fixa, mediante aplicação de, no mínimo, 80% de seu patrimônio líquido em ativos relacionados diretamente com taxa de juros doméstica ou índices de preço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os ativos desse fundo eram compostos por CDBs, Operações Compromissadas e Letras Financeiras do Tesouro, os quais não incluem instrumentos financeiros derivativos. Os ativos desse fundo de investimento estão valorizados ao seu valor de mercado.

(iii) Títulos públicos: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa SELIC.

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na Cetip.

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

5. Consumidores, revendedores, concessionárias, concessionárias e permissionárias

	Consolidado					
	2013					
	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
	até 90 dias	mais de 90 dias				
CIRCULANTE Consumidores:						
Residencial	228.394	189.188	24.684	442.266	(34.380)	407.886
Industrial	72.816	19.421	11.387	103.624	(9.317)	94.307
Comercial	197.311	27.308	14.393	239.012	(16.168)	222.844
Rural	125	35	8	168	–	168
Poder público:						
Federal	3.423	786	122	4.331	(284)	4.047
Estadual	10.422	170	113	10.705	(17)	10.688
Municipal	11.519	2.387	1.368	15.274	(283)	14.991
Iluminação pública	12.816	1.774	289	14.879	(62)	14.817
Serviço público	15.946	81	9.487	25.514	(940)	24.574
Total - Faturado	553.772	241.150	61.851	856.773	(61.451)	795.322
Não Faturado	408.930	–	–	408.930	–	408.930
Total - NÃO Faturado	408.930	–	–	408.930	–	408.930
Total	962.702	241.150	61.851	1.265.703	(61.451)	1.204.252
Revendedores, concessionárias e permissionárias:						
Encargos de uso da rede	61	–	–	61	–	61
Revendedores	–	–	4.248	4.248	(4.248)	–
Energia no curto prazo - CCEE	40.928	–	–	40.928	–	40.928
Energia livre	13.075	–	–	13.075	–	13.075
Ressarcimento - Leilões de energia	2.798	–	–	2.798	–	2.798
Total	58.491	–	4.248	62.739	(4.248)	58.491
Total - CIRCULANTE NÃO CIRCULANTE	1.021.193	241.150	66.099	1.328.442	(65.699)	1.262.743
Revendedores, concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	33.121	–	–	33.121	–	33.121
Total - NÃO CIRCULANTE	33.121	–	–	33.121	–	33.121
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.054.314	241.150	66.099	1.361.563	(65.699)	1.295.864

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 11.

	Consolidado				
	2012				
	Saldos vencidos	Saldos vencidos			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresenta saldo de impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outras diferenças temporárias no montante de R\$39.641 (R\$39.641 em 31 de dezembro de 2012). O pré-pagamento da dívida ocorrido em 2011, resultou na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, permitindo a constituição do referido crédito tributário. A expectativa de lucros tributáveis futuros está suportada por estudo técnico aprovado pelo Conselho da Administração. As controladas Uruguiana e Elpa não registram impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias enquanto suas operações não apresentarem base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e as controladas Uruguiana e Elpa acumulam prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não são base para impostos diferidos ativos, a saber:

	2013	Brasiliiana	AES Uruguiana	AES Elpa	Total
Prejuízo Fiscal	(426.583)	(369.560)	(1.055.768)	(1.851.911)	
Base Negativa Contribuição Social	(478.345)	(369.573)	(1.291.721)	(2.139.639)	
Diferenças temporárias ativas	(93.541)	(492.257)	(742.072)	(1.327.870)	

8. Tributos a recuperar - ativo não circulante

Os tributos a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados na incorporação pela controlada Tietê do ágio de sua antiga controladora direta AES Gás Empreendimentos Ltda. e da AES Tietê Participações S.A., os quais estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01. A composição do saldo no exercício é a seguinte:

	Consolidado			
	2013		2012	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
AES Gás Ltda.				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(568.004)	379.943	(188.061)	(179.301)
Subtotal	240.300	(161.621)	78.679	87.439
AES Tietê Participações S.A.				
Ágio gerado na aquisição de participação na Tietê	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(51.664)	34.099	(17.565)	(16.399)
Subtotal	30.756	(20.298)	10.458	11.624
Saldos no final do período	271.056	(181.919)	89.137	99.063

Os ágios e a correspondentes provisões vêm sendo amortizados pelo prazo de concessão da controlada Tietê, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004. Segue abaixo a movimentação dos tributos a recuperar:

	Controlada Tietê	
	2013	2012
Saldo em 31.12.2011	109.411	109.411
Amortização do ágio	(31.466)	(31.466)
Reversão da provisão	21.118	21.118
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio (nota nº 7)	(10.348)	(10.348)
Saldo em 31.12.2012	99.063	99.063
Amortização do ágio	(30.184)	(30.184)
Reversão da provisão	20.258	20.258
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio (nota nº 7)	(9.926)	(9.926)
Saldo em 31.12.2013	89.137	89.137

9. Contas a receber - acordos

	Consolidado	
	2013	2012
CIRCULANTE		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	23.112	24.115
Consumidores	192.675	209.449
Outros	751	751
Total	216.538	234.315
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº 11	(143.701)	(175.258)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras municipais diversas - nota nº 11	-	(19.143)
Saldo Líquido de PCLD	72.837	39.914
NÃO CIRCULANTE		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	30.844	50.314
Consumidores	35.396	29.426
Total	66.240	79.740
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº 11	(23.679)	(27.527)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 11	-	(37.050)
Saldo Líquido de PCLD	42.561	15.163

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
CIRCULANTE				
Financiamento à Cesp	-	-	127	222
Contribuição p/o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	-	-	47.111	35.777
Cauções e depósitos vinculados (i)	-	-	21.633	86.928
Alienação de bens e direitos	-	-	11.175	1.141
Repasse CDE - Descontos na tarifa - controlada indireta Eletropaulo (ii)	-	-	13.142	-
Repasse CDE - Custos de energia - controlada indireta Eletropaulo (ii)	-	-	53.557	-
Serviços prestados	-	-	74	118
Outros	437	435	19.173	27.764
Total	437	435	165.992	151.950
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 11	-	-	(1.628)	(1.554)
Saldo Líquido de PCLD	437	435	164.364	150.396
NÃO CIRCULANTE				
Financiamento à Cesp	-	-	5.072	4.536
Conta garantida - alienação de investimentos	193	21.584	193	21.584
Direito do uso do gás - controlada Uruguiana	-	-	53.952	54.173
Programa Feluz - PMSBC	-	-	3.728	3.728
Bens e direitos destinados à alienação	-	-	26.795	26.795
Banco Santos - controlada Tietê (iii)	-	-	12.609	14.386
Outros	-	-	2.370	27
Total	193	21.584	104.719	125.229
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 11	-	-	(12.609)	(14.386)
Saldo Líquido de PCLD	193	21.584	92.110	118.843

- (i) **Cauções e depósitos vinculados** - Até 31 de dezembro de 2013, a controlada indireta Eletropaulo ofereceu como garantia para Leilões de Energia parte de seus investimentos no montante de R\$17.396, para cumprir exigências de compra de energia elétrica. Não há saldos de aportes para Câmara de Comercialização de Energia - CCEE em 31 de dezembro de 2013, visto que o valor aportado e a liquidação financeira ocorreram dentro do referido mês.
- (ii) **Repasse CDE** - Corresponde aos valores a serem ressarcidos pela Eletrobrás, através de recursos da CDE, conforme Decretos nº 7.945 e nº 7.891 de 2013. O repasse *CDE - Descontos na tarifa* é referente aos subsídios aplicados aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica (baixa renda, água, esgoto, saneamento e fonte incentivada). Já o repasse *CDE - Custos de energia* refere-se aos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas desfavoráveis, principalmente relacionado aos baixos índices dos reservatórios das usinas hidrelétricas, os quais serão custeados pelos recursos da CDE.
- (iii) **Banco Santos** - Em janeiro de 2013, a controlada Tietê recebeu da massa falida do Banco Santos S.A., um pagamento referente ao terceiro rateio aos credores quirografários, equivalente a 8,65% do saldo geral de credores, no montante de R\$2.561. Do total recebido, R\$1.777 foi registrado como reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa e R\$784 como receita financeira.

11. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

Os saldos e movimentações das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa são apresentados como segue:

	Consolidado					
	Saldo inicial 31.12.2012	Provisões	Reversões	Transferências	Baixas	Saldo final 31.12.2013
Rubricas de Origem CIRCULANTE						
Consumidores - nota nº 5	91.773	102.690	(22.778)	-	(110.234)	61.451
Revededores - nota nº 5	4.248	-	-	-	4.248	-
Outros Tributos compensáveis - INSS - Auxílio Doença - nota nº 6.2	1.963	-	(534)	-	-	1.429
Outros Créditos - Serviços Prestados - nota nº10	1.554	4.593	-	-	(4.519)	1.628
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 9	175.258	115.468	(102.763)	-	(44.262)	143.701
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 9	19.143	3.112	(27.771)	5.516	-	-
Total	293.939	225.863	(153.846)	5.516	(159.015)	212.457
NÃO CIRCULANTE						
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 9	27.527	4.251	(8.099)	-	-	23.679
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 9	37.050	1.762	(33.296)	(5.516)	-	-
Outros Créditos - Banco Santos - controlada Tietê - nota nº 10	14.386	-	(1.777)	-	-	12.609
Total	78.963	6.013	(43.172)	(5.516)	-	36.288
Total Geral	372.902	231.876	(197.018)	-	(159.015)	248.745

	Consolidado					
	Saldo inicial 31.12.2011	Provisões	Reversões	Transferências	Baixas	Saldo final 31.12.2012
Rubricas de Origem CIRCULANTE						
Consumidores - nota nº 5	104.921	104.805	(3.720)	-	(114.233)	91.773
Revededores - nota nº 5	4.248	-	-	-	4.248	-
Energia Livre - nota nº 5	164	-	(88)	-	(76)	-
Outros Tributos compensáveis - INSS - Auxílio Doença - nota nº 6.2	1.963	-	-	-	-	1.963
Outros Créditos - Serviços Prestados - nota nº10	3.505	-	(632)	-	(1.319)	1.554
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 9	148.454	132.065	(77.208)	(27.522)	(531)	175.258
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 9	20.414	758	(20.162)	18.133	-	19.143
Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 9	75.453	-	(75.453)	-	-	-
Outros Créditos - diversos - nota nº 10	74	-	(74)	-	-	-
Total	359.196	237.628	(177.337)	(9.389)	(116.159)	293.939
NÃO CIRCULANTE						
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 9	5	-	-	27.522	-	27.527
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 9	53.948	1.235	-	(18.133)	-	37.050
Contas a Receber - acordos - outros - nota nº 9	16	-	(16)	-	-	-
Outros Créditos - Banco Santos - controlada Tietê - nota nº 10	14.386	-	-	-	-	14.386
Outros Créditos - controlada indireta PCH Minas - nota nº 10	190	-	-	-	(190)	-
Total	68.545	1.235	(16)	9.389	-	78.963
Total Geral	427.741	238.863	(177.353)	-	(116.159)	372.902

A fim de promover uma melhoria nos critérios adotados para reconhecimento da PCLD, a controlada indireta Eletropaulo efetuou uma análise do histórico do comportamento dos TCDs - Termos de Confissão de Dívida, firmados com seus clientes. A finalidade dessa análise foi assegurar uma avaliação mais criteriosa na determinação da PCLD sobre as contas a receber, levando em consideração, entre outros, o histórico de recebimento, atual situação financeira e garantias prestadas pelos clientes. Desta forma, a controlada indireta Eletropaulo, além de reverter a PCLD sobre valores renegociados proporcionalmente ao valor recebido de cada parcela negociada, passou a reverter o total provisionado quando o montante amortizado da TCD for superior a 30% do total da dívida negociada e estiver adimplente, inclusive com os demais débitos. Com a adoção de tal política, o resultado do exercício de 2013 foi impactado por reversões no montante de R\$ 70.605.

A seguir é apresentada a movimentação e o efeito no resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2013	2012
Provisão	(231.876)	(238.863)
Reversão	197.018	177.353
Receita com recuperação de perdidas - controlada indireta Eletropaulo (*)	19.710	22.135
Outras	-	344
Resultado com PCLD no exercício	(15.148)	(39.031)

(*) Referem-se a recebimentos de valores já baixados como perda.

12. Contrato de concessão público - privado

	Controlada Eletropaulo	
	2013	2012
Ativo Financeiro		
Ativo financeiro ICPC 01 - controlada Eletropaulo	1.386.931	1.181.937
Ativo Intangível concessão		
Ativo intangível - bens da concessão - controlada Eletropaulo	5.722.928	5.757.202
Total	7.109.859	6.939.139

O ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de concessão estabelecem as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (cessionárias), dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a controlada indireta Eletropaulo tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado nas informações contábeis pelo ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

	Ativo financeiro da concessão	Atualização do ativo financeiro da concessão	Total do ativo financeiro da concessão
--	-------------------------------	--	--

Saldo em 31 de dezembro de 2011	931.359	110.454	1.041.813
Adições provenientes do ativo intangível em curso	140.016	-	140.016
Baixas	(8.326)	-	(8.326)
Atualização monetária - nota explicativa nº 30 (*)	-	(125.573)	(125.573)
Transferência proveniente do intangível da concessão	134.007	-	134.007
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.197.056	(15.119)	1.181.937
Adições provenientes do ativo intangível em curso	97.287	-	97.287
Baixas	(8.533)	-	(8.533)
Atualização monetária - nota explicativa nº 30	-	116.240	116.240
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.285.810	101.121	1.386.931

(*) A controlada indireta Eletropaulo com base no laudo de avaliação referente ao 3º Ciclo de Revisão Tarifária, registrou em 2012 redução do ativo financeiro da concessão, o qual foi parcialmente compensado pelo registro da variação do IGP-M para os meses posteriores à revisão tarifária. Em 2013, a controlada indireta Eletropaulo registrou além da atualização monetária do ativo financeiro da concessão, complemento positivo do valor referente ao 3º Ciclo de Revisão Tarifária. O efeito dos ajustes está demonstrado na nota explicativa nº 30.

Características do contrato de concessão da controlada indireta Eletropaulo
Em 15 de junho de 1998, a controlada indireta Eletropaulo e a Agência Nacional de Energia - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a controlada indireta Eletropaulo deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da controlada indireta Eletropaulo não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador. Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro da concessão e ativo intangível. O reajuste tarifário da controlada indireta Eletropaulo ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre a cada 4 anos.

Características do contrato de concessão da controlada Tietê
Em 20 de dezembro de 1999 foi firmado o contrato de concessão nº 92/99 com o objeto da produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio de centrais geradoras e de instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras. O prazo de vigência do contrato é de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL irá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada.

O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica será comercializada pela concessionária tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observada as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica. A quase totalidade da garantia física da controlada Tietê está negociada através de contrato bilateral com sua coligada Eletropaulo.

O contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato, do Edital de Privatização, da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos, à manutenção das operações, dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado, bem como observar as regulamentações setoriais, ambientais e as legislações vigentes aplicáveis à controlada Tietê de modo a assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da exploração dos aproveitamentos hidrelétricos. Conforme descrito na nota explicativa nº 15, o contrato de concessão estabeleceu o pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP) no período de 5 anos, em parcelas mensais, atualizados pelo IGP-M. Esse encargo foi pago no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2004.

Conforme a subcláusula 2ª da cláusula 11, é estabelecido que no advento do termo final do contrato os bens e instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a controlada Tietê não efetuou nenhum pagamento referente a taxas ou encargos relacionados à concessão. Considerando que as condições estabelecidas pela ICPC 01 Contratos de Concessão não foram integralmente atendidas, a Administração concluiu que seu contrato de concessão está fora do escopo da ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão registrados sob a rubrica do ativo imobilizado.

Ativos dados como garantia
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Con

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) As movimentações do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, são demonstradas abaixo:

	Consolidado											
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Termoelétrica em operação	Edificações, obras civis e benfeitorias	Peças sobressalentes	Materiais em depósito	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Arrendamento financeiro	Em curso (+) obrigações especiais	Total
Custo												
Saldo em 31 de dezembro de 2011	408.163	3.010.365	547.631	508.934	154.868	14.842	1.095.461	4.964	29.254	26.679	223.618	6.024.779
Adições	-	-	-	-	-	-	-	95	9	1.489	143.005	144.598
Baixas	-	(21)	-	(180)	-	(27)	(1.039)	-	(1.415)	(5.791)	(12.164)	(20.637)
Transferências	-	(191.375)	125	129.379	-	-	227.003	3.868	(15.207)	-	(157.983)	(4.190)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	408.163	2.818.969	547.756	638.133	154.868	14.815	1.321.425	8.927	12.641	22.377	196.476	6.144.550
Adições	-	-	-	-	-	-	-	746	67	13.599	207.803	222.234
Baixas	-	-	(10)	-	-	(3)	-	(2.585)	(2)	(70)	(36)	(2.706)
Transferências	-	4.440	-	1.711	-	-	59.773	1.404	403	-	(101.099)	(33.368)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	408.163	2.823.409	547.746	639.844	154.868	14.812	1.381.217	8.492	13.109	35.906	303.144	6.330.710

	Consolidado											
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Termoelétrica em operação	Edificações, obras civis e benfeitorias	Peças sobressalentes	Materiais em depósito	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Arrendamento financeiro	Em curso (+) obrigações especiais	Total
Depreciação e amortização												
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	(1.383.381)	(252.801)	(325.182)	(21.651)	-	(389.666)	(4.011)	(18.655)	(16.815)	-	(2.412.162)
Adições	-	(95.809)	(23.745)	(12.565)	-	-	(51.873)	(716)	(2.024)	(258)	-	(186.990)
Baixas	-	21	-	149	-	-	1.012	-	3.614	1.571	-	6.367
Transferências	-	89.579	-	(61.677)	-	-	(37.035)	(131)	9.264	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(1.389.590)	(276.546)	(399.275)	(21.651)	-	(477.562)	(4.858)	(7.801)	(15.502)	-	(2.592.785)
Adições	-	(94.264)	(23.753)	(13.462)	-	-	(52.418)	(851)	(1.252)	(4.321)	-	(190.321)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	2.490	-	30	-	2.520
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(1.483.854)	(300.299)	(412.737)	(21.651)	-	(529.980)	(3.219)	(9.053)	(19.793)	-	(2.780.586)

c) Dos bens vinculados à concessão - controlada Tietê - Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados à concessão e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Os bens vinculados à concessão da controlada Tietê representam a totalidade do saldo do seu ativo imobilizado, com exceção dos arrendamentos financeiros, sendo o montante total de bens vinculados à concessão no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 equivalente a R\$3.130.215 (R\$3.118.199 em 31 de dezembro de 2012).

d) Reversão dos bens à União - controlada Tietê - Conforme a subcláusula 2ª da cláusula 11 do Contrato de Concessão nº 92/99 ("Contrato"), assinado pela Tietê e ANEEL em 20 de dezembro de 1999, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato, os bens e as instalações vinculadas à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

15. Intangível

Os saldos do ativo intangível é como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Intangível:				
Ativo intangível - bens da concessão - controlada Eletropaulo (i)				
Custo	-	-	7.262.325	6.995.342
Amortização	-	-	(1.539.397)	(1.238.140)
Total do ativo intangível concessão	-	-	5.722.928	5.757.202
Ativo intangível - uso do bem público - controlada Tietê (ii)				
Custo	-	-	73.174	73.174
Amortização	-	-	(30.131)	(27.441)
Total do ativo intangível - uso do bem público	-	-	43.043	45.733
Ativo Intangível gerado na aquisição da concessão (iii)				
Brasileira	1.022.522	1.118.068	1.022.522	1.118.068
Elpa	-	-	653.409	699.356
Total	1.022.522	1.118.068	1.675.931	1.817.424

(i) **Ativo intangível - bens da concessão - controlada indireta Eletropaulo** - refere-se substancialmente ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a mesma tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.

(ii) **Ativo intangível - uso do bem público - controlada Tietê** - refere-se ao pagamento efetuado em bases mensais, no período de 2000 a 2004, conforme disposto na cláusula quinta do contrato de concessão. Os valores pagos foram registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

(iii) **Ativo intangível gerado na aquisição da concessão** - valores registrados como ativo intangível de concessão, decorrentes de aquisição de participação em controladas que, anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade, estavam classificados como ágio. A sua amortização é reconhecida linearmente pelo prazo de vigência de cada concessão.

A movimentação do ativo intangível de concessão e dos outros intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Em curso		Em serviço		Ativo intangível	Amortização acumulada	Total do ativo intangível de concessão
	Intangível	Obrigações especiais	Intangível	Obrigações especiais			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	647.963	(68.142)	7.017.259	(643.841)	6.953.239	(1.079.925)	5.873.314
Adições	863.488	(184.333)	8.379	-	687.534	(480.945)	206.589
Baixas	-	-	(307.602)	4.463	(303.139)	219.964	(83.175)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	34.497	34.497
Transferência	(589.556)	62.989	425.311	(38.760)	(140.016)	-	(140.016)
Transferência para ativo financeiro de concessão (*)	-	-	(202.276)	-	(202.276)	68.269	(134.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	921.895	(189.486)	6.941.071	(678.138)	6.995.342	(1.238.140)	5.757.202
Adições	808.190	(240.927)	6.418	-	573.681	(469.781)	103.920
Baixas	-	-	(209.591)	180	(209.411)	130.652	(78.759)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	37.852	37.852
Transferência	(501.955)	141.057	343.601	(79.990)	(97.287)	-	(97.287)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.228.130	(289.356)	7.081.499	(757.948)	7.262.325	(1.539.397)	5.722.928

	Ativo Intangível - uso do bem público - controlada Tietê		
	Brasileira	Elpa	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011			48.423
Amortização	-	-	(2.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2012			45.733
Amortização	-	-	(2.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2013			43.043

	Ativo Intangível gerado na aquisição da concessão		
	Brasileira	Elpa	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.216.365	745.302	1.961.667
Amortização	(98.297)	(45.946)	(144.243)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.118.068	699.356	1.817.424
Amortização	(95.546)	(45.947)	(141.493)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.022.522	653.409	1.675.931

16. Provisões para redução ao provável valor de realização de ativos e para perdas com contratos onerosos

A controlada Uruguiana celebrou, em 30 de setembro de 1998, Contrato de Compra e Venda de Gás Natural com a Sulgás, concessionária de serviços de distribuição de gás no Estado do Rio Grande do Sul. A Sulgás tem a responsabilidade de importar o gás da Argentina fornecido pela YPF e revendê-lo para a controlada Uruguiana. O prazo do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural é de 20 anos, com término previsto para 1º de dezembro de 2019.

As obrigações de take-or-pay foram registradas até a suspensão das obrigações do contrato de fornecimento de gás.

A controlada Uruguiana em consequência das dificuldades operacionais que vem enfrentando, principalmente relacionadas ao fornecimento de gás, concluiu em exercícios anteriores que havia a necessidade de uma análise sobre a recuperabilidade dos seus ativos não circulantes, assim como o registro de provisão para cobrir perdas esperadas no cumprimento das condições dos contratos de fornecimento assinados com seus clientes e fornecedores.

A controlada Uruguiana entende que esses fatores, em conjunto com as projeções de pouca disponibilidade de gás para geração de energia para ser comercializada através de contratos bilaterais, trarão impactos negativos e significativos nos seus resultados e fluxos de caixa futuros, determinando, portanto, a necessidade de uma análise sobre a recuperabilidade de seus ativos não circulantes, assim como o registro de provisão para cobrir perdas esperadas no cumprimento das condições dos contratos de fornecimento assinados com seus clientes e fornecedores.

O resumo dos registros da provisão para desvalorização dos ativos não circulantes e direito do uso de gás natural no exercício é conforme segue:

Descrição	2013	2012
Direito de uso de gás natural (nota 10)		
Saldo anterior	(54.173)	(49.727)
(-) Reversão provisão para redução ao provável valor realização YPF (i)	7.708	-
(-) Provisão para redução ao provável valor realização	(7.487)	(4.446)
Saldo final	(53.952)	(54.173)
Imobilizado - controlada Uruguiana (nota 14)		
Saldo anterior	(422.713)	(447.412)
Movimentação no exercício	22.865	24.699
Saldo final	(399.848)	(422.713)
Total	(453.800)	(476.886)

(i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 22.2.37 em maio de 2013 foi proferida uma sentença favorável para a controlada Uruguiana no Requerimento de Arbitragem contra a YPF. Com essa decisão, baseando-se em opinião dos assessores jurídicos, parte do valor contabilizado para as obrigações de take-or-pay foi revertido.

17. Fornecedores

A composição das contas "Fornecedores - suprimento", "Transmissão de energia elétrica" e "Materiais e serviços" é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
CIRCULANTE				
Suprimento e Transmissão:				
Itaipu	-	-	212.179	179.280
Contratos bilaterais	-	-	146	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (i)	-	-	107.885	19.445
Energia de curto prazo e energia livre	-	-	84.898	112.587
Uso e Conexão de Rede Básica	-	-	50.048	116.896
Encargos do Serviço do Sistema - ESS - EER (i)	-	-	42.985	143.657
Conexão à Rede Básica	-	-	3.333	9.856
Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	-	-	9.722	17.978
Uso do Sistema de Distribuição	-	-	1.337	1.394
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD Geração	-	-	1.899	3.550
Leilão - CCEAR	-	-	254.188	394.725
Operador Nacional do Sistema - ONS	-	-	2.854	4.011
Subtotal	-	-	771.474	1.003.379
Fornecimento e transporte de gás - controlada Uruguiana (ii)	-	-	128.753	-
Materiais e Serviços	297	122	267.643	298.498
Total	297	122	1.039.117	1.430.630
NÃO CIRCULANTE				
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	-	-	70.887	70.887
Total	-	-	70.887	70.887
Total Geral	297	122	1.110.004	1.501.517

(i) Do total a pagar em 31 de dezembro de 2013 referente às contabilizações operadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a controlada indireta Eletropaulo estima que aproximadamente R\$53.557 serão repassados diretamente pela Eletropaulo com recursos da CDE, sendo que R\$32.466 já foram homologados pela ANEEL e foram compensados na liquidação financeira referente à competência novembro de 2013, que ocorreu em 07 de janeiro de 2014.

(ii) Os valores contabilizados em 31 de dezembro de 2012 referem-se a obrigações contratuais da controlada Uruguiana, relacionados aos contratos de fornecimento e transporte de gás. ("Ship or Pay"). Esse saldo era indexado ao dólar norte-americano e foi atualizado na data de encerramento do balanço. Em 24 de maio de 2013, foi proferida a sentença favorável a controlada Uruguiana no requerimento de arbitragem contra a YPF, conforme mencionado na nota explicativa nº 22.2.37. De acordo com a opinião dos assessores legais da controlada Uruguiana, essa decisão é a final e por consequência a controlada Uruguiana está legalmente livre de qualquer obrigação com a YPF e por isso as obrigações contratuais registradas foram revertidas para o resultado neste exercício.

18. Tributos e contribuições sociais a pagar

18.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
CIRCULANTE				
Federais				
Imposto de renda	-	-	308.657	294.823
Contribuição Social	-	-	105.471	100.482
Total	-	-	414.128	395.305

18.2 Outros tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
CIRCULANTE				
Federais				
Pis	-	-	8.213	11.717
Cofins	-	-	37.837	53.977
IRRF a recolher	3	5	883	7.704
INSS	-	-	12.182	8.761
Total	3	5	59.115	82.159
Estaduais				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	197.794	252.088
ICMS sobre Perdas Comerciais	-	-	6.166	3.631
Total	-	-	203.960	255.719
Municipais				
ISS	-	-	1.516	1.665
Outros	5	13	1.706	4.308
Total	5	13	3.222	5.973
Total	8	18	266.297	343.851

19. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

a) Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

	Consolidado								
	2013								
	Venci-mento	(% a.a.) Taxa Efetiva (**)	Circulante			Não Circulante			
Encargos			Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Instituições Financeiras/ Credores									
Empréstimos e Financiamentos									
Em moeda nacional									
RELUZ - Eletrobrás - SBC - c.6	2015	5,00	-	881	-	881	440	-	440
BNDES - Finame - c.7	2016	8,70	13	1.528	-	1.541	2.164	-	2.164
FINEP - c.8 (*)	2020	4,00	65	4.182	-	4.247	27.838	-	27.838
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - c.9	2								

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) As principais características dos contratos empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir: Controlada indireta Eletropaulo:
O empréstimo RELUZ - Eletrobrás, possuem como garantia a receita da controlada indireta Eletropaulo, que é passível de bloqueio em conta bancária, a qual poderá ser sacada mediante outorga de procuração para os representantes dos credores, FINAME e FINEP possuem como garantia, cartas fiança contratadas pela controlada indireta Eletropaulo, conforme detalhado abaixo:

	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
FINAME	1	4.584	1,10%
FINEP	4	38.657	1,00% a 1,50%

Os demais empréstimos e financiamentos da controlada indireta Eletropaulo não possuem garantia. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

c.1) Debêntures - 9ª Emissão - controlada indireta Eletropaulo - R\$250.000 em debêntures, ocorrida em 20 de dezembro de 2005, no mercado local, com vencimento final em agosto de 2018.

Taxa Contratual	Pagamentos Juros	Amortização	Vencimento
9ª Emissão	Semestrais	Anual R\$ 75.000	Agosto de 2015
		R\$ 75.000	Agosto de 2016
		R\$ 25.000	Agosto de 2017
		R\$ 75.000	Agosto de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos obtidos por meio da 9ª Emissão de Debêntures e da Cédula de Crédito Bancário Sindicalizada foram destinados integralmente ao pré-pagamento de dívidas renegociadas entre a controlada indireta Eletropaulo e bancos credores em 2004.

c.2) Debêntures - 11ª Emissão - controlada indireta Eletropaulo - R\$ 200.000 em debêntures, ocorrida em 23 de outubro de 2007, com data de emissão em 1º de novembro de 2007, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2018.

Taxa Contratual	Pagamentos Juros	Amortização	Vencimento
11ª Emissão	Semestrais	Anual R\$ 100.000	Novembro de 2016
		R\$ 100.000	Novembro de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos obtidos com a 11ª Emissão de Debêntures foram utilizados na realização de investimentos no sistema de distribuição da controlada indireta Eletropaulo, no curso regular de seus negócios.

c.3) Debêntures - 13ª Emissão - controlada indireta Eletropaulo - R\$ 400.000 em debêntures, ocorrida em 14 de maio de 2010, no mercado local, com vencimento final em maio de 2020.

Taxa Contratual	Pagamentos Juros	Amortização	Vencimento
13ª Emissão	Semestrais	Anual R\$ 20.000	Maio de 2013
		R\$ 20.000	Maio de 2014
		R\$ 40.000	Maio de 2015
		R\$ 40.000	Maio de 2016
		R\$ 80.000	Maio de 2017
		R\$ 80.000	Maio de 2018
		R\$ 80.000	Maio de 2019
		R\$ 40.000	Maio de 2020

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie subordinadas, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos captados com a 13ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento dos *Bonds* denominados em reais, emitidos pela controlada indireta Eletropaulo em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010, e para financiamento de parte dos investimentos de 2010.

c.4) Debêntures - 14ª Emissão - controlada indireta Eletropaulo - R\$ 600.000 em debêntures, ocorrida em 28 de novembro de 2011, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2021.

Taxa Contratual	Pagamentos Juros	Amortização	Vencimento
14ª Emissão	Semestrais	Anual R\$ 60.000	Novembro de 2018
		R\$ 180.000	Novembro de 2019
		R\$ 180.000	Novembro de 2020
		R\$ 180.000	Novembro de 2021

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos captados com a 14ª Emissão de Debêntures foram utilizados para recomposição do caixa em virtude das amortizações de dívida referentes a 2011 e 2012.

c.5) Debêntures - 15ª Emissão - controlada indireta Eletropaulo - R\$ 750.000 em debêntures, ocorrida em 09 de outubro de 2012 no mercado local, com vencimento em outubro de 2018.

Taxa Contratual	Pagamentos Juros	Amortização	Vencimento
15ª Emissão	Semestrais	Anual R\$ 250.000	Outubro de 2016
		R\$ 250.000	Outubro de 2017
		R\$ 250.000	Outubro de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos obtidos com a 15ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado da 10ª Emissão Debêntures, 12ª Emissão de Debêntures e Cédulas de Crédito Bancário (CCB's), lideradas pelo Banco Citibank S.A.

c.6) RELUZ - Eletrobrás - controlada indireta Eletropaulo - financiamento caracterizado pelo Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, instituído pelo Governo Federal e coordenado pelos Ministérios de Minas e Energia e da Justiça, por intermédio da Eletrobrás. O RELUZ tem o objetivo de promover o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação Pública, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população.

O Programa é viabilizado através de contratos de financiamento firmados entre a controlada indireta Eletropaulo e a Eletrobrás e entre a controlada indireta Eletropaulo e os Municípios. A Eletrobrás financia a concessionária até o limite de 75% do valor do Projeto. Em 11 de março de 2008, a Eletrobrás concedeu crédito a controlada indireta Eletropaulo, para financiamento de projeto de melhoria do sistema de iluminação pública do Município de São Bernardo do Campo - SBC, no valor de R\$ 5.352.

Taxa Contratual	Pagamentos Juros	Amortização	Vencimento
RELUZ - SBC	5%	Mensal	Junho de 2015

A Eletrobrás, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, concedeu à controlada indireta Eletropaulo, créditos nos valores e datas demonstrados na tabela abaixo:

Data	Contrato	Liberações
26/05/2009	CFC - 2666	535
01/06/2010	CFC - 2666	2.600
25/06/2010	CFC - 2666	594
15/12/2011	Total	4.181

c.7) BNDES - Finame - Banco Itaú - controlada indireta Eletropaulo - em maio de 2011, a controlada indireta Eletropaulo obteve junto ao Banco Itaú um financiamento no montante de R\$ 4.583 para a compra de medidores, com carência de 24 meses para pagamento de principal.

Taxa Contratual	Pagamentos Juros	Amortização	Vencimento
FINAME	8,7%	Trimestral até maio de 2013. A partir desta data mensal	Maio de 2016

c.8) Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP - controlada indireta Eletropaulo - em 8 de fevereiro de 2012, a controlada indireta Eletropaulo obteve junto a FINEP recursos no montante de R\$ 37.096 para o financiamento de projetos de inovação. O montante total aprovado é liberado de acordo com cronograma de realizações previsto em contrato. O total liberado até 31 de dezembro de 2013 foi de R\$37.096

Taxa Contratual	Pagamentos Juros	Amortização	Vencimento
FINEP	4,0%	Mensal	Fevereiro de 2020

Esse contrato de financiamento obtido junto à instituição FINEP possui como principal característica as taxas de juros contratuais inferiores com relação às taxas de mercado e está relacionado diretamente ao financiamento de projetos de inovação. Desse modo, o subsídio concedido nas taxas de juros desse financiamento é qualificado como uma subvenção governamental (vide nota nº 20).

c.9) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - controlada indireta Eletropaulo - empréstimo formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Bradesco S.A., ocorrido em 25 de novembro de 2009, no montante principal de R\$ 600.000

Taxa Contratual	Pagamentos Juros	Amortização	Vencimento
Bradesco (CCB's)	Semestrais	Anual R\$ 30.000	Novembro de 2012
		R\$ 30.000	Novembro de 2013
		R\$ 60.000	Novembro de 2014
		R\$ 60.000	Novembro de 2015
		R\$ 120.000	Novembro de 2016
		R\$ 120.000	Novembro de 2017
		R\$ 120.000	Novembro de 2018
		R\$ 60.000	Novembro de 2019

Com relação às Cédulas de Crédito Bancário emitidas pelo Banco Bradesco, os recursos foram utilizados pela controlada indireta Eletropaulo para liquidação de valores que eram devidos à Receita Federal e que foram renegociados com a adesão ao Programa REFIS da Receita Federal em novembro de 2009.

Controlada Tietê:
c.10) Nota Promissória - 1ª emissão - controlada Tietê - R\$498.000 em notas promissórias, ocorrida em 26 de março de 2013, junto ao Banco Bradesco S.A., com prazo final em setembro de 2013.

Os recursos líquidos captados em 26 de março de 2013 com a emissão de 498 notas promissórias no valor nominal unitário de R\$1.000 totalizando R\$498.000, serão utilizados para a amortização da primeira parcela da 1ª emissão de debêntures da controlada Tietê, sendo o restante utilizado para a realização de investimentos.

Em 22 de maio de 2013, a controlada Tietê realizou o resgate antecipado do saldo total (principal e juros) da 1ª emissão de notas promissórias, no valor de R\$503.957. As notas promissórias foram resgatadas, cada uma, no valor de R\$1.012, calculada por rata temporis, desde a data de emissão até a data do efetivo pagamento. Os recursos para pagamento do resgate total foram provenientes da 2ª emissão de debêntures.

c.11) Debêntures - 1ª Emissão - controlada Tietê - R\$900.000 em debêntures, emissão ocorrida em 01 de abril de 2010, no mercado local, com prazo final em abril de 2015.

Taxa Contratual	Pagamentos Juros	Amortização	Vencimento
CDI + 1,20%	Semestrais	Anual	Abril de 2013
		299.970	Abril de 2014
		299.970	Abril de 2015
		300.060	Abril de 2015

As debêntures emitidas são subordinadas e não conversíveis em ações, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos captados em 03 de maio de 2010 com a emissão no valor de R\$906.834 foram utilizados para a liquidação do saldo da dívida com a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A., a qual ocorreu em 04 de maio de 2010.

c.12) Debêntures - 2ª Emissão - controlada Tietê - R\$498.000 em debêntures, emissão ocorrida em 15 de maio de 2013, no mercado local, com prazo final em maio de 2019.

Taxa Contratual	Pagamentos Juros	Amortização	Vencimento
CDI + 0,79%	Semestrais	Anual	Maio de 2017
		165.983	Maio de 2018
		165.983	Maio de 2019
		166.034	Maio de 2019

As debêntures emitidas são subordinadas e não conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos obtidos por meio da 2ª emissão de debêntures foram destinados integralmente ao pré-pagamento da 1ª emissão de notas promissórias da controlada Tietê ("Notas Comerciais"), no valor de R\$503.957, com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais.

Dívida comum para as empresas:
c.13) Arrendamento Mercantil - Os contratos de arrendamentos mercantis financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e veículos e não contém cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de contratos de arrendamento mercantil financeiro, em 31 de dezembro de 2013, registrado pelas controladas Eletropaulo, Tietê, e AES Serviços era de R\$16.984 (R\$7.954 em 31 de dezembro de 2012) no passivo, e R\$16.113 (R\$6.875 em 31 de dezembro de 2012) no ativo. Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures, e o custo de transação a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado			
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar
	R\$	R\$	R\$	R\$
2015	66.854	415.060	3.258	(16.594)
2016	125.738	465.000	2.342	(15.510)
2017	125.342	520.983	1.646	(11.462)
2018	125.604	730.983	1.165	(7.610)
2019	65.892	426.034	1.001	(3.016)
2020	1.012	220.000	880	(1.422)
Após 2020	760	180.000	1.959	(640)
	510.442	2.958.060	12.251	(56.254)

Compromissos financeiros - "Covenants"
Alguns dos empréstimos e financiamentos e as debêntures não conversíveis possuem cláusulas restritivas (*Covenants*), as quais foram integralmente cumpridas por suas controladas em 31 de dezembro de 2013. As cláusulas restritivas são relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA.

20. Subvenção governamental

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19, a controlada indireta Eletropaulo possui atualmente uma linha de empréstimos e financiamentos caracterizados como subvenções governamentais, o FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos. A realização dessa subvenção governamental ocorrerá no mesmo período da realização dos projetos e dos ativos adquiridos com estes recursos.

Essas subvenções governamentais foram recebidas para financiamento de projetos de inovação através do "FINEP". Não existem condições ou contingências não cumpridas pela controlada indireta Eletropaulo atreladas a essas subvenções. A movimentação das subvenções governamentais em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Consolidado			
	Saldo inicial 31.12.2012	Recebidas durante o exercício	Baixas no resultado	Saldo final 31.12.2013
	FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	3.498	2.626	(1.047)
Circulante	3.498	2.626	(1.047)	5.077
Não Circulante	2.738	3.689	3.689	5.077

	Consolidado			
	Saldo inicial 31.12.2011	Recebidas durante o exercício	Baixas no resultado	Saldo final 31.12.2012
	FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	-	3.827	(329)
	-	3.827	(329)	3.498
				760
				2.738
				3.498

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas às subvenções governamentais, atualmente classificadas no passivo não circulante, terão os seguintes prazos de realização:

		Subvenção Governamental	
		R\$	
2015		1.212	
2016		997	
2017		756	
2018		494	
2019		206	
2020		4	
		3.669	

21. Obrigações com entidade de previdência privada

As controladas Eletropaulo e Tietê patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pelas controladas. A controlada indireta Eletropaulo, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. O custeio do plano para as parcelas de benefício definido é paritário entre a controlada indireta Eletropaulo e os empregados, sendo as taxas reavaliadas anualmente por atuarial independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da controlada indireta Eletropaulo até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

O Benefício Suplementar Proporcional Salgado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implementado no momento da privatização da controlada indireta Eletropaulo, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais déficits (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012. Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, especificamente um aumento nas taxas de juros. Conforme julgamento da Administração, as controladas Eletropaulo e Tietê procederam a uma avaliação atuarial para a data-base de 30 de junho de 2013.

No caso da controlada Tietê o novo cálculo atuarial não apresentou efeitos significativos, desta forma não foi realizado ajuste na data-base de 30 de junho de 2013. Já para a controlada indireta Eletropaulo o efeito do novo cálculo atuarial foi significativo e registrado no referido período. Ao final do exercício de 2013 as controladas Eletropaulo e Tietê procederam à avaliação atuarial anual, realizado por atuários independentes, no qual foram reavaliadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

21.1 Ativos e Passivos Atuariais:

2013		
Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Consolidado
9.789.505	252.365	10.041.870
(7.236.335)	(285.059)	(7.521.394)
-	32.694	32.694
2.553.170	-	2.553.170

2012		
Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Consolidado
12.489.418	321.672	12.811.090
(8.525.610)	(317.648)	(8.843.258)
3.963.808	4.024	3.967.832

21.2 As movimentações do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são demonstradas a seguir:

2013			
Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Consolidado	
12.489.418	321.672	12.811.090	
25.079	3.482	28.561	
1.027.181	27.323	1.054.504	
(812.155)	(14.879)	(827.034)	
6.028	1.165	7.193	
(2.946.046)	(86.398)	(3.032.444)	
9.789.505	252.365	10.041.870	

2012			
Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Consolidado	
9.796.162	239.210	10.035.372	
16.350	1.826	18.176	
916.615	22.652	939.267	
(775.655)	(13.221)	(788.876)	
5.875	1.183	7.058	
2.530.071	70.022	2.600.093	
12.489.418	321.672	12.811.090	

21.3 As movimentações do valor justo dos ativos do plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são demonstradas a seguir:

2013			
Controlada Eletropaulo			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
31 de dezembro de 2013 e de 2012			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)			

21.8 As estimativas de despesas para o exercício de 2014 estão demonstradas a seguir:

	2014		
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Consolidado
Custo dos serviços correntes	15.066	1.840	16.906
Custo dos juros	1.049.524	27.634	1.077.158
Rendimento esperado dos ativos do plano	(782.073)	(31.443)	(813.522)
Juros sobre o efeito do teto do (ativo)/passivo do plano		3.691	3.691
Total das despesas projetadas para o exercício	282.517	1.716	284.233
• O valor esperado de pagamento de contribuições pela controlada indireta Eletropaulo para o exercício de 2014 é de R\$ 320.150.			
• O valor esperado de pagamento de contribuições pela controlada Tietê para o exercício de 2014 é de R\$ 1.007.			

21.9 Os pagamentos esperados do plano para exercícios futuros da obrigação de benefício definido são os seguintes:

	Controlada Eletropaulo (I)	Controlada Tietê (II)	Consolidado	
1 ano	820.769	15.191	835.960	
Entre 2 e 5 anos	3.576.652	71.054	3.647.706	
Após 5 anos	5.164.578	125.464	5.290.042	
Total de pagamentos esperados do plano	9.561.999	211.709	9.773.708	

21.10 Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Controlada indireta Eletropaulo

Em 31 de dezembro de 2013 o valor presente da obrigação de benefício definido para a controlada indireta Eletropaulo era de R\$9.789.505. Com a finalidade de verificar o impacto nesta obrigação, realizou-se a análise de sensibilidade das premissas atuariais adotadas, considerando uma variação de 0,25%, conforme abaixo:

Controlada Eletropaulo						
Hipóteses	Índice estimado de aumento nominal dos salários	Taxa nominal de reajuste de benefícios	Tábua de mortalidade	Taxa estimada de inflação de longo prazo		Taxa de desconto
Nível de sensibilidade	(+0,25%)	(+0,25%)	AT2000	(+0,25%)	(-0,25%)	(+0,25%) (-0,25%)
Impacto na obrigação de benefício definido	2.230	233.045	137.591	–	–	(214.366) 223.364
Total da obrigação de benefício definido	9.791.735	10.022.550	9.927.096	9.789.505	9.789.505	9.575.139 10.012.869

Em 31 de dezembro de 2013 o valor presente da obrigação de benefício definido para a controlada Tietê era de R\$252.365. Com a finalidade de verificar o impacto nesta obrigação, realizou-se a análise de sensibilidade das premissas atuariais adotadas, considerando uma variação de 0,25%, conforme abaixo:

Controlada Tietê						
Hipóteses	Índice estimado de aumento nominal dos salários	Taxa nominal de reajuste de benefícios	Tábua de mortalidade	Taxa estimada de inflação de longo prazo		Taxa de desconto
Nível de sensibilidade	(+0,25%)	(+0,25%)	AT2000	(+0,25%)	(-0,25%)	(+0,25%) (-0,25%)
Impacto na obrigação de benefício definido	649	6.978	2.886	–	–	(7.010) 7.361
Total da obrigação de benefício definido	253.014	259.343	255.251	252.365	252.365	245.355 259.726

21.11 Contratos com a Fundação Cesp - controlada Eletropaulo

A controlada indireta Eletropaulo com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits, formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação Cesp a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

Controlada Eletropaulo	2013	2012
	Não Circulante	Não Circulante

Empréstimos e financiamentos:

Confissão de dívida iia (i)	395.596	397.285
Confissão de dívida iib (ii)	205.340	206.217
Contrato de ajustes de reserva matemática (iii)	1.839.250	1.801.840
Total do Contrato	2.440.186	2.405.342
Diferença entre premissas (*)	112.984	1.558.466
Total Registrado - controlada Eletropaulo	2.553.170	3.963.808

(*) A parcela do contrato de ajuste de reserva da controlada indireta Eletropaulo, no montante de R\$112.984, é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela controlada indireta Eletropaulo para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela Fundação Cesp (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento das Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar. Por ter o referido contrato um montante variável e ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação CESP, essa diferença será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

(i) Refere-se a Instrumento Particular de Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras Avenças, assinado em 11 de fevereiro de 1999, com intervenção da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 01 de janeiro de 2009. Esse contrato é corrigido, conforme definido cláusula contratual, pelo custo atuarial do plano, na presente data, refere-se ao IGP-DI acrescido de 5,50% ao ano.

(ii) Refere-se ao valor de mercado dos imóveis da controlada indireta Eletropaulo devolvidos pela Fundação CESP, em 31 de dezembro de 1999, aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 01 de janeiro de 2009. As parcelas mensais são corrigidas pela variação da TR + 8% ao ano ou pelo custo atuarial do plano, que na presente data, refere-se ao IGP-DI acrescido de 5,50% ao ano, deles o que for maior.

(iii) Refere-se ao saldo líquido das reservas a amortizar, déficit e superávit técnico do BSPS, aditado pela segunda vez em 12 de agosto de 2008, para pagamento em 244 parcelas mensais, a partir de 1º de janeiro de 2008. Esse saldo é corrigido mensalmente pelo custo atuarial do plano e ajustado anualmente com base na avaliação atuarial.

A movimentação contábil do passivo registrado (não circulante) é como segue:

Controlada Eletropaulo	2013	2012
	Não Circulante	Não Circulante

Movimentação contábil do passivo registrado

Saldo no início do exercício (*)	3.963.808	2.436.445
Despesa do período conforme laudo atuarial	334.406	239.914
Pagamento de contribuições	(255.173)	(260.811)
Ajuste de avaliação atuarial	(1.489.871)	1.544.029
Outras despesas do exercício	–	4.231
Saldo atual - controlada Eletropaulo	2.553.170	3.963.808

(*) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, as controladas Eletropaulo e Tietê adotaram o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) de forma retrospectiva, desta forma, os saldos de 31 de dezembro de 2012 estão sendo reapresentados para fins de comparabilidade.

21.12 Contratos com a Fundação Cesp - controlada Tietê

Quando da sua privatização, a controlada Tietê assumiu a cobertura do déficit atuarial do plano de previdência privada vigente até aquele momento, referente aos benefícios de aposentados e pensionistas e a garantia aos empregados ativos de um benefício, na data de sua aposentadoria, proporcional ao serviço passado. Para financiar esse déficit atuarial, em 25 de novembro de 1997, a controlada Tietê firmou um contrato de confissão de dívida com a Fundação CESP. O vencimento desse contrato seria em setembro de 2027. As parcelas deste contrato incluem juros anuais de 6,0%, e eram ajustadas mensalmente pelo IGP-DI. No final de cada exercício era feita uma avaliação atuarial e eventuais déficits ou superávits do plano eram acrescidos ou subtraídos do saldo do contrato, promovendo um recálculo das parcelas remanescentes. Ao longo dos anos, os superávits foram reduzindo o saldo do contrato, de modo que em 31 de dezembro de 2013, o saldo da dívida estava integralmente compensado com o ganho atuarial. No entanto, caso eventuais déficits referentes ao antigo plano de previdência privada venham a ocorrer no futuro, recursos adicionais poderão ser aportados pela controlada Tietê.

Vale ressaltar que existem duas formas de apuração de resultados desse plano: a que a controlada Tietê calcula para atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e a calculada pelo administrador do plano para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar. Os números são diferentes, pois os cálculos seguem metodologias e premissas diferentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, de acordo com estudo atuarial da controlada Tietê, foi constatado um superávit, entretanto, não existe ativo atuarial registrado em função da limitação do valor líquido de ativo de benefício definido ao teto de ativo (*asset ceiling*). Esta limitação se deve ao fato da avaliação atuarial da Fundação CESP, para fins de atendimento às resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC indicar um déficit, e, portanto, impossibilitando que o superávit observado no estudo atuarial da controlada Tietê possa gerar qualquer tipo de benefício econômico para empresa. A movimentação contábil do passivo registrado (não circulante) é como segue:

Controlada Tietê	2013	2012
	Não Circulante	Não Circulante

Movimentação contábil do passivo registrado

Saldo no início do exercício (*)	4.023	–
Despesa do período conforme laudo atuarial	74.411	1.727
Pagamento de contribuições	(1.012)	(1.036)
Ajuste de avaliação atuarial	(6.743)	3.333
Saldo atual - controlada Tietê	–	4.024

22. Provisões para processos judiciais e outros

22.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

Saldos:		
	Controladora	
	Passivo	
	Provisão para processos judiciais e outros	
	2013	2012
Processos fiscais - Pis/Cofins (D)	29.433	26.570
Processos fiscais - outros	–	166
Total	29.433	26.736
Circulante	–	–
Não Circulante	29.433	26.736
Total	29.433	26.736
	Consolidado	
	Passivo	
	Provisão para processos judiciais e outros	
	2013	2012
Trabalhista (A)	279.943	287.695
Pis - controlada Tietê (B)	2.052	1.992
Pis/Cofins - controlada Elpa (C)	16.966	15.963
Pis/Cofins - controladora Brasileira (D)	29.433	26.570
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (E)	16.191	16.049
Processos cíveis (F)	57.558	42.037
Perda no repasse da energia de Itaipu (G)	14.828	10.900
Processos administrativos - prefeituras (H)	472	725
Processos fiscais (I)	60.489	49.882
Despacho 288 (J)	27.265	25.817
Compensações IRPJ e CSLL - controlada Tietê (K)	4.794	4.685
Processos regulatórios (L)	54.294	68.935
Meio ambiente (M)	33.685	9.730
Outros	23.796	23.085
Total	621.766	584.065
Circulante	202.730	178.873
Não Circulante	419.036	405.192
Total	621.766	584.065

O total consolidado de cauções e depósitos vinculados no montante de R\$527.724 (R\$508.291 em 31 de dezembro de 2012), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Cauções e Depósitos Vinculados					
	2013	2012				
Processos classificados como prováveis	337.368	287.367				
Processos classificados como possíveis	74.411	72.548				
Processos classificados como remotos	115.945	148.376				
	527.724	508.291				
	Consolidado					
	Movimentação da Provisão para processos judiciais e outros					
	Saldo inicial 31.12.2012	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2013
Trabalhista (A)	287.695	93.859	11.799	(61.129)	(52.281)	279.943
Pis - controlada Tietê (B)	1.992	–	–	–	–	1.992
Pis/Cofins - controlada Elpa (C)	15.963	–	1.003	–	–	16.966
Pis/Cofins - controladora Brasileira (D)	26.570	1.068	1.624	–	171	29.433
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (E)	16.049	343	1.876	(800)	(1.277)	16.191
Processos cíveis (F)	42.037	30.525	7.083	(17.095)	(4.992)	57.558
Perda no repasse da energia de Itaipu (G)	10.900	–	3.928	–	–	14.828
Processos administrativos - prefeituras (H)	725	–	21	(260)	(14)	472
Processos fiscais (I)	49.882	10.802	2.168	(202)	(2.161)	60.489
Despacho 288 (J)	25.817	–	1.448	–	–	27.265
Compensações IRPJ e CSLL - controlada Tietê (K)	4.685	–	158	–	(49)	4.794
Processos regulatórios (L)	68.935	14.529	5.416	(28.146)	(6.440)	54.294
Meio ambiente (M)	9.730	40.260	77	(13.777)	(2.605)	33.685
Outros	23.085	871	–	–	(160)	23.796
Total	584.065	192.257	36.661	(121.409)	(69.808)	621.766

	Consolidado				
	Saldo inicial 31.12.2011	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões

Trabalhista (A)	322.663	144.901	15.052	(94.385)	(100.536)	287.695
Pis/Cofins - controlada Tietê (B)	52.740	–	1.824	(48.486)	(4.086)	1.992
Pis/Cofins - controlada Elpa (C)	11.616	3.441	906	–	–	15.963
Pis/Cofins - controladora Brasileira (D)	23.448	1.478	1.644	–	–	26.570
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (E)	23.661	5.448	1.654	(10.297)	(4.417)	16.049
Processos cíveis (F)	44.337	16.657	6.419	(20.322)	(5.054)	42.037
Perda no repasse da energia de Itaipu (G)	8.698	–	2.202	–	–	10.900
Processos administrativos - prefeituras (H)	725	–	–	–	–	725
Processos fiscais (I)	49.553	181	2.947	(466)	(2.363)	49.882
Despacho 288 (J)	24.738	–	1.679	–	–	25.817
Compensações IRPJ e CSLL - controlada Tietê (K)	4.507	–	178	–	–	4.685
Processos regulatórios (L)	26.916	38.783	4.724	(1.488)	–	68.935
Meio ambiente (M)	15.825	7.915	–	(11.388)	(2.622)	9.730
Outros	22.134	978	–	–	(27)	23.085
Total	630.991	219.782	39.229	(186.832)	(119.105)	584.065

(A) **Trabalhista:** Os processos trabalhistas movidos por empregados, ex-empregados e terceiros das companhias controladas pleiteiam, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e equiparação salarial. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia. O valor total consolidado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$279.943 (R\$287.695 em 31 de dezembro de 2012).

(B) **PIS - controlada Tietê:** A controlada Tietê propôs medidas judiciais visando questionar alterações no cálculo do PIS instituídas pela Lei 9.718/98 referentes ao alargamento da base de cálculo. Em novembro de 2000 houve decisão definitiva favorável no STF. Atualmente aguarda-se levantamento do depósito judicial. Apesar de ter classificação de perda remota, trata-se de uma obrigação legal e, por isso, há uma provisão correspondente no valor de R\$2.052 atualizada até 31 de dezembro de 2013 (R\$1.992 em 31 de dezembro de 2012).

(C) **Pis/Cofins - controlada Elpa:** A controlada Elpa possui processo o qual discute a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. A Administração da controlada Elpa, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é provável e, desta forma registra em 31 de dezembro de 2013 provisão no montante de R\$16.966 (R\$15.963 em 31 de dezembro de 2012).

(D) **PIS/Cofins - controladora Brasileira:** A Companhia possui processo o qual discute a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. A Administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é provável e, desta forma registra em 31 de dezembro de 2013 provisão no montante de R\$29.433 (R\$26.570 em 31 de dezembro de 2012). Houve decisão de 1ª instância desfavorável, aguarda-se decisão de 2ª instância.

(E) **Plano cruzado - reajuste de tarifa:** Refere-se a processos movidos contra a controlada indireta Eletropaulo por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Atualmente os processos dessa natureza sem trânsito em julgado prosseguem com relação à parcela controversa da matéria, resultante da diferença de cálculo apresentado pelas partes, com provisão no montante de R\$16.191 (R\$16.049 em 31 de dezembro de 2012).

(F) **Processos cíveis:** existem processos cíveis de natureza geral e específica. As Administrações das controladas, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhecem provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável, a saber: *Controlada AES Eletropaulo:* A controlada indireta Eletropaulo está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação e tem suas chances de perda classificadas como provável. Em 31 de dezembro de 2013 tais demandas respondem pela provisão de R\$55.749 (R\$40.487 em 31 de dezembro de 2012).

Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a controlada indireta Eletropaulo figura no pólo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas aos contratos de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de R\$26.999 (R\$32.400 em 31 de dezembro de 2012).

Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da controlada indireta Eletropaulo com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões que envolvam a agente fiscalizadora, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de R\$28.750 (R\$8.087 em 31 de dezembro de 2012). Dentre os casos que compõe os denominados cíveis de natureza especial, merecem destaque as demandas:

Represa Guarapiranga

Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da controlada indireta Eletropaulo e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Rés, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer, visando a implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada. A decisão de mérito desfavorável à controlada indireta Eletropaulo transitou em julgado em 10 de agosto de 2012.

AIT - Central

Em 02 de fevereiro de 2000, a AIT - Automação Industrial Informática e Telecomunicação Ltda. ("AIT") ajuizou ação de rescisão contratual cumulada com pedido de indenização contra a controlada indireta Eletropaulo, onde alega o descumprimento contratual por parte da mesma, que teria abandonado a relação contratual, pelo que requereu a rescisão do contrato, pagamento de multa, bem como o pagamento de indenização pelos danos sofridos (lucros cessantes e danos emergentes). Em 14 de agosto de 2000, foi proferida sentença em 1ª instância julgando a ação procedente. Em 26 de setembro de 2006, proferida decisão de 2ª instância, mantendo a condenação da controlada indireta Eletropaulo no pagamento da multa contratual e danos emergentes, porém, excluindo os lucros cessantes. Em 02 de junho de 2011, o Superior Tribunal de Justiça, julgando recurso da Autora, proferiu decisão restabelecendo a condenação dos lucros cessantes. Em março de 2013 a AIT deu início a execução dos danos emergentes. Os valores

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada indireta Eletropaulo

(M5) Os órgãos ambientais de SP acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da controlada indireta Eletropaulo, por meio de processos administrativos próprios, levando a controlada indireta Eletropaulo, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Em 31 de dezembro de 2013, tais demandas respondem pela provisão R\$25.024 (R\$5.477 em 31 de dezembro de 2012). Dentre os casos provisionados, merecem destaque as demandas relacionadas à contaminação de solo e água subterrânea:

Complexo Cambuci: Estudos ambientais foram iniciados em 2005 para avaliação de qualidade do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos e às ações de remediação. Em 2012, o imóvel foi vendido, com o compromisso contratual de entrega da área remediada. Em 2013, foram elaborados novos estudos considerando o uso futuro da área, que apontaram as ações de intervenção necessárias para encerramento da remediação, que deverá ser concluída em 2016.

Desaio da Fostes - Miguel Yunes: Estudos ambientais foram iniciados em 2009 para avaliação do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos para identificação e foi constatada a presença de resíduos domésticos enterrados e entulho (dispostos clandestinamente), exigindo o detalhamento dos estudos visando a quantificação, o qual foi realizado em dezembro de 2013 e confirmou a necessidade de remoção do lixo enterrado. A controlada indireta Eletropaulo deverá remover e destinar adequadamente os resíduos depositados na área com previsão de término em 2014.

Estações Transformadoras de Distribuição ETD's: A controlada indireta Eletropaulo iniciou, em 2007, processos de regularização ambiental de obras para melhoria e ampliação de subestações. Estes processos exigem uma investigação ambiental das condições do solo e água subterrânea acompanhados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SMA, conforme procedimentos estabelecidos pela CETESB. Durante as atividades de investigação, foram identificados, em parte dos imóveis, contaminantes no solo e água subterrânea, sendo necessária a adoção de ações de remediação ambiental. Em 2013 novos processos foram abertos devido à necessidade de ampliação das subestações, gerando a necessidade de remediação e/ou monitoramentos que deverão ter continuidade em 2014.

2.2.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Apresentamos a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas.

Nº	Descrição da Contingência	Controladora Brasileira	Controladora Brasileira
		Valor de Contingência Estimada	Valor de Contingência Estimada
2013	2012		
22.2.1	Auto de Infração - Aproveitamento de Prejuízo Fiscal	365.532	345.065
22.2.2	Compensações Administrativas - Saldos Negativos de IRPJ e CSLL	51.146	48.318
22.2.3	Compensações Administrativas - Créditos de IRRF	25.195	23.477
22.2.4	Ação Civil Pública - Improbidade Administrativa	Não determinado	Não determinado

Nº	Descrição da Contingência	Controlada Eletropaulo	Controlada Eletropaulo
		Valor de Contingência Estimada	Valor de Contingência Estimada
2013	2012		

22.2.5	Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986	1.434.214	1.315.974
22.2.6	Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado	Não determinado
22.2.7	Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado	Não determinado
22.2.8	Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal	Não determinado	Não determinado
22.2.9	Autuação PCLD - Provisão P/Créditos de Liquidação Duvidosa	56.154	52.654
22.2.10	Ação Civil Pública - Plano Cruzado - ASSOBRABE e ANDEC	Não determinado	Não determinado
22.2.11	Ação Popular - Maruzan Conrado	25.112	21.894
22.2.12	Ecovias - Remanejamento de Postes	2.000	2.000
22.2.13	Ecovias - Uso do solo	Não determinado	Não determinado
22.2.14	AIT - Santo Amaro	114.480	98.569
22.2.15	Ação Civil Pública - City Boaçava	Não determinado	Não determinado
22.2.16	Ação Civil Pública - ETD Parama	Não determinado	Não determinado
22.2.17	Ação Civil Pública - Suspensão do Fomecimento	10.147	Não determinado
22.2.18	Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
22.2.19	Recolhimento do FGTS	105.247	93.938
22.2.20	PASEP - Suspensão de Exigibilidade	39.183	38.779
22.2.21	NFLDs - Execuções Fiscais	38.224	35.366
22.2.22	CSLL - Base Negativa	116.894	112.277
22.2.23	Execuções Fiscais Municipais - Diversas	53.460	8.490
22.2.24	PIS - Decretos n°s 2445/88 e 2449/88	49.394	38.969
22.2.25	PIS - Estatuto da Decadência	208.679	204.092
22.2.26	Ação Civil Pública - Restabelecimento de Energia Elétrica	Não determinado	Não determinado
22.2.27	Finsocial	160.737	129.471
22.2.28	Cofins - Anistia	141.272	138.600
22.2.29	Ações Anulatórias - Multas de Trânsito	41.666	-

Nº	Descrição da Contingência	Controlada Tietê	Controlada Tietê
		Valor de Contingência Estimada	Valor de Contingência Estimada
2013	2012		
22.2.30	Recomposição de danos ambientais	Não determinado	Não determinado
22.2.31	Compensações de IRPJ e CSLL	122.958	114.258
22.2.32	Auto de Infração - Água Tietê	117.848	114.897
22.2.33	Auto de Infração - Pesquisa e Desenvolvimento	6.344	6.123
22.2.34	Ação Civil Pública - Mexilhões Dourados	Não determinado	-

Nº	Descrição da Contingência	Controlada Uruguaiana	Controlada Uruguaiana
		Valor de Contingência Estimada	Valor de Contingência Estimada
2013	2012		

22.2.35	PIS/COFINS sobre receita de exportação	18.422	17.394
22.2.36	Ação judicial período de Dezembro de 2000 a março de 2002 CCEE	Não determinado	Não determinado
22.2.37	Requerimento de Arbitragem	Não determinado	Não determinado

Além dos processos apresentados acima, a controlada Tietê também está envolvida em duas ações com probabilidade de perda possível (Obrigação de expansão e licenciamento ambiental da "Termo São Paulo"), que estão detalhadas na nota explicativa n° 1.2.

2.2.2.1 Auto de Infração - aproveitamento de prejuízo fiscal

Em 02 de junho de 2010, a Companhia recebeu o Auto de Infração n° 19515.001329/2010-04, lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), exigindo o recolhimento de aproximadamente R\$365.532 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$345.065 em 31 de dezembro de 2012) relativos a IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL compensados com débitos tributários sem a aplicação do limite legal de 30% estabelecido na Lei n° 9.065/95, motivada pela incorporação da empresa AES Transgás Empreendimentos S.A.

Em sua defesa, a Companhia apresentou Impugnação Administrativa alegando, em síntese, que, por absoluta ausência de previsão legal, a limitação imposta pela Lei n° 9.065/95 não se aplica aos casos de incorporação, uma vez que, com a extinção da empresa incorporada, a integralidade do utilidade não poderia ser compensada em exercício posterior. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável em primeira instância. Em segunda instância, foi apresentado Recurso Voluntário, o qual teve decisão desfavorável em outubro de 2012. Por consequência da tal decisão desfavorável, em outubro de 2012, a Companhia apresentou Embargos de Declaração, do qual aguarda decisão. Os assessores legais da Companhia classificam as chances de perda deste Auto de Infração em 30% (trinta por cento), razão pela qual não foi constituída qualquer provisão.

2.2.2.2 Compensações administrativas - saldos negativos de IRPJ e CSLL

Em 11 de janeiro de 2011, a Companhia apresentou recurso administrativo em face do Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no ano-calendário de 2006, em razão da incorporação da AES Tietê Empreendimentos, e compensados com débitos de IRPJ e CSLL. O não reconhecimento dos créditos compensados decorre do entendimento da Receita Federal de que, para os casos de aproveitamento de prejuízo fiscal, deve-se respeitar o limite legal de 30% por ano-calendário. O principal argumento sustentado pela Companhia é a ausência de vedação legal para o caso específico de incorporação, onde a sociedade incorporada se extingue no mesmo ano-calendário. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável na primeira instância administrativa. Atualmente, a Companhia aguarda julgamento do Recurso Especial ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em caso de decisão desfavorável a Receita Federal exigirá o pagamento de aproximadamente R\$51.146 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$48.318 em 31 de dezembro de 2012).

2.2.2.3 Compensações administrativas - créditos de IRRF

Créditos de IRRF - Em junho de 2010 a Companhia apresentou recurso administrativo em face da decisão da Receita Federal que não reconheceu os créditos de imposto de renda devido na Fonte - IRRF no valor de R\$25.195 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$23.477 em 31 de dezembro de 2012), existentes em função da distribuição de Juros sobre Capital Próprio - IRPF feitas por sua controlada indireta Eletropaulo. Até o momento, aguarda-se o julgamento do recurso apresentado pela Companhia perante a 2ª Instância Administrativa.

2.2.2.4 Ação civil pública - improbidade administrativa

O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública em 20 de julho de 2007 contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a controlada AES Elpa e a Brasileira ("Companhia"), esta última na qualidade de sucessora da AES Transgás, perante a Justiça Federal do Estado de São Paulo, questionando determinados aspectos da privatização da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A.. Por conta de decisão liminar concedida em outubro de 2006 pelo Tribunal Regional Federal do Estado de São Paulo no recurso apresentado pela Companhia que visava, dentre outros pontos, a restituição do processo para a Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, a ação civil pública foi suspensa em outubro de 2006, permanecendo em tal status até julho de 2009, ocasião em que sobreveio julgamento parcialmente favorável do recurso da Companhia, restando determinada a remessa da ação civil pública para a Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro. Em abril de 2012, a Primeira Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro decidiu pela manutenção das Companhias AES Elpa e AES Brasileira no pólo passivo da Ação Civil Pública. Contra tal decisão foi apresentado o recurso competente, o qual aguarda julgamento. Paralelamente, em junho de 2012, as Companhias apresentaram suas defesas. Em dezembro de 2012, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a competência da Justiça Federal do Estado São Paulo para processar a referida ação civil pública, razão pela qual o processo foi remetido para São Paulo, onde será retomado. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

2.2.2.5 Eletrobrás - contrato de financiamento

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). Tendo em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

Em razão do andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi criada em 04 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (controlada indireta Eletropaulo), Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. (EPTe), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do mencionado Contrato.

Em setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais da controlada indireta Eletropaulo (90,11%) e da CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da controlada indireta Eletropaulo de valor estimado de R\$1.434.214 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$1.315.974 em 31 de dezembro de 2012), quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da controlada indireta Eletropaulo e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Em setembro de 2003, o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela controlada indireta Eletropaulo, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a controlada indireta Eletropaulo não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTe, empresa incorporada pela CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhes foi desfavorável a Eletrobrás em dezembro de 2003, e a CTEEP em março de 2004, apresentaram Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas a reformar a decisão do TJRJ.

Sem adentrar nos méritos dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006 o STJ reverteu a decisão que eximia a controlada indireta Eletropaulo de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, a excluiu da sentença litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer ampla dilação probatória e a apreciação de questões através de procedimento que não a Exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (controlada indireta Eletropaulo, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

Contra esta decisão perante o STJ foram apresentados, em dezembro de 2006, "Embargos de Declaração" e, em abril de 2007, "Embargos de Divergência" e "Recurso Extraordinário", sendo que todos os recursos foram decididos contra a controlada indireta Eletropaulo.

Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância (5ª Vara Cível).

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a controlada indireta Eletropaulo e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa à obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986. Em setembro de 2008, a controlada indireta Eletropaulo apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito.

No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de "Liquidação de Sentença por Arbitramento" perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

Em 24 de maio de 2009, a controlada indireta Eletropaulo apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressaltando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria a Liquidação de Sentença por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999, em especial toda e qualquer questão relativa a qual das empresas cindidas (controlada indireta Eletropaulo e/ou CTEEP) cabe a responsabilidade pelo pagamento.

Em 25 de fevereiro de 2010 a D. Juíza da 5ª Vara Cível acolheu o pedido de Liquidação de sentença por Arbitramento, sendo que em vista dos termos da mencionada decisão, a controlada indireta Eletropaulo apresentou Embargos de Declaração à 5ª Vara Cível postulando que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, e a Eletrobrás apresentou impugnação à nomeação do perito, sendo que ambos foram rejeitados pela D. Juíza da 5ª Vara Cível, em 04 de março de 2010.

Contra a rejeição de seu recurso, em 31 de março de 2010, a controlada indireta Eletropaulo apresentou Agravo de Instrumento perante o TJRJ, o qual foi acolhido em 15 de abril de 2010, para determinar a ampla produção de provas acerca dos fatos que norteiam a responsabilidade pelo pagamento do débito, restando decidido que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, conforme requerido pela controlada indireta Eletropaulo.

Em 28 de abril de 2010, a Eletrobrás apresentou recurso perante TJRJ objetivando o reconhecimento da suspensão do perito, sendo tal recurso reconhecido como prejudicado pelo TJRJ em 14 de maio de 2010, em virtude da decisão que acolheu o recurso apresentado pela controlada indireta Eletropaulo. Isso se deu em virtude do fato de que o procedimento de liquidação de sentença deverá ser iniciado perante a 5ª Vara Cível.

Em março de 2011 a controlada indireta Eletropaulo tomou conhecimento que, em 6 de dezembro de 2010, a Eletrobrás teria solicitado a iniciação do processo de liquidação e que por tal motivo, o processo teria sido submetido à análise da 5ª Vara Cível.

Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a controlada indireta Eletropaulo e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi respondido pela controlada indireta Eletropaulo em 10 de agosto 2011 e pela CTEEP em 26 de julho de 2011.

Em dezembro de 2012, foi proferida decisão de 1ª instância julgando antecipadamente a liquidação por artigos, atribuindo à controlada indireta Eletropaulo a responsabilidade pelo pagamento do saldo de correção monetária, referente ao contrato de financiamento ECF 1.046/1986, firmado com a Eletrobrás. Tal decisão não considerou o tribunal para que fosse realizado o procedimento de liquidação da sentença com ampla produção de provas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), bem como desconstruiu o pedido de produção de provas apresentado pelas partes.

Contra a decisão acima referida, em 07 de janeiro de 2013, a controlada indireta Eletropaulo apresentou recurso ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pedindo a imediata suspensão da execução, bem como a posterior anulação da decisão, para que seja determinada a realização de ampla produção de provas, inclusive pericial.

Em 21 de janeiro de 2013, tornou-se pública a liminar concedida pelo Desembargador Carlos Santos de Oliveira, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ("Liminar"), acatando pedido preliminar do recurso interposto pela controlada indireta Eletropaulo contra a decisão proferida em 12 de dezembro de 2012, pela 5ª Vara da Comarca do Rio de Janeiro no processo nº 0010021-19.1989.8.19.0001. Com a concessão da Liminar, o procedimento de primeira instância ficou suspenso, aguardando o julgamento do recurso apresentado pela controlada indireta Eletropaulo.

Em 07 de fevereiro de 2013, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu provimento integral ao recurso da controlada indireta Eletropaulo, anulando integralmente a decisão de 1ª instância que atribuiu à Eletropaulo a responsabilidade pelo pagamento do débito, confirmando sua decisão anterior que suspendeu os procedimentos da execução. Não houve a interposição de recursos pela Eletrobrás e pela CTEEP contra esta decisão.

Dessa forma, o processo deverá ser retomado em 1ª instância para que se prossiga com a análise das questões técnicas e jurídicas, assim como realização de perícia contábil. Com o reversão da decisão desfavorável à controlada indireta Eletropaulo, a estimativa é que os trabalhos periciais não se encerrem em um prazo inferior a seis meses a ser contado do início dos trabalhos periciais. Ao final dos trabalhos, caberá ao perito apontar o montante da dívida e o responsável pelo pagamento.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e se forem apurados valores a serem pagos pela controlada indireta Eletropaulo, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a controlada indireta Eletropaulo, sendo que, quando tal fato acontecer, para que a controlada indireta Eletropaulo possa se defender, será necessário apresentar garantia nos termos do Código do Processo Civil Brasileiro.

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juiz do caso o levantamento da garantia ofertada pela controlada indireta Eletropaulo, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a controlada indireta Eletropaulo poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado, uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar o valor de R\$1.434.214, atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$1.315.974 em 31 de dezembro de 2012).

2.2.2.6) Enquadramento de consumidores na tarifa baixa renda - ação civil pública

O Ministério Público Federal e a Pro-Teste ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma ação civil pública contra a controlada indireta Eletropaulo e a ANEEL requerendo o enquadramento na sub-classe baixa renda nas unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela antecipada para determinar o imediato enquadramento dos mencionados consumidores na sub-classe baixa renda foi indeferido e esta decisão foi objeto de recurso da Pro-Teste para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sendo mantida a decisão de indeferimento.

Em outubro de 2008 a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhes foi desfavorável, os autores apresentaram recursos perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, visando a anulação do processo e a exigibilidade da ação não poder ser estimado, uma vez que se trata de ação civil pública e não alterada o teor da decisão que foi favorável à controlada indireta Eletropaulo, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar valores os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

2.2.2.7) Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais

O Ministério Público Federal, em 05 de dezembro de 2003, instaurou ação civil pública contra a controlada indireta Eletropaulo e a ANEEL visando à desconsideação dos valores do contrato firmado entre as controladas Eletropaulo e Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. O valor da causa era de R\$553, em 30 de setembro de 2007. A liminar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, ao qual foi negado provimento. Após a apresentação das contestações e consequentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Em março de 2012, o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal foi acolhido para determinar que o processo passe por uma perícia para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da AES Eletropaulo, sendo que contra tal decisão, foi apresentada pedido de esclarecimento, rejeitado em junho de 2012. Em 02 de julho de 2012 a controlada Eletropaulo apresentou recurso ao STJ e STF contra a decisão que reformou a sentença de procedência da ação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da controlada indireta Eletropaulo deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

2.2.2.8) Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal

Em 16 de novembro de 2004 foi distribuída Ação por conta da análise da Revisão Tarifária de 2003, o Tribunal de Contas da União emitiu parecer desfavorável à ANEEL e à controlada indireta Eletropaulo, fazendo constar em seu acórdão que a controlada indireta Eletropaulo teria sido beneficiada indevidamente em razão da indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Em vista de tais argumentos, o Ministério Público Federal propôs ação civil pública contra a controlada indireta Eletropaulo e a ANEEL, visando o reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado, bem como a devolução aos clientes dos valores supostamente cobrados a maior. Com a apresentação de defesa pelas partes requeridas e o encerramento da fase de produção de provas, o processo foi julgado favoravelmente em primeira instância à controlada indireta Eletropaulo, sendo mencionado que não houve qualquer benefício indevido por parte da mesma.

Após a decisão favorável em primeira instância, o Ministério Público Federal, visando a suspensão do processo e a exigibilidade da ação não poder ser estimado, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

2.2.2.9) Autuações PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração (em 04 de maio de 2000 - AI nº 015/TN170 e em 05 de abril de 2001 - AI 027/TN0336/1) em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. A controlada indireta Eletropaulo propôs dois mandados de segurança com o objetivo de anular tais autuações, sendo ambas julgadas improcedentes. Contra tais decisões de primeira instância foram apresentados os Recursos cabíveis e com base no critério de cálculo adotado pela ANEEL o valor dessas autuações montou em R\$56.154 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$52.654 em 31 de dezembro de 2012).

AI nº 015/TN170

Em 04 de julho de 2012 sobreveio decisão desfavorável ao recurso interposto pela controlada indireta Eletropaulo no mandado de segurança, sendo proposto um novo recurso de agravo em 06 de julho de 2012, o qual teve provimento negado. Em 23 de agosto de 2013, a controlada indireta Eletropaulo apresentou Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 10 de setembro de 2013, a controlada indireta Eletropaulo ajuizou duas Medidas Cautelares, com pedido de liminar, perante o Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro (TRF1), visando a suspender o processo e a exigibilidade da ação não poder ser estimado, uma vez que se trata de ação civil pública e não alterada o teor da decisão que foi favorável à controlada indireta Eletropaulo, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada indireta Eletropaulo terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

2.2.2.10) Autuações PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração (em 04 de maio de 2000 - AI nº 015/TN170 e em 05 de abril de 2001 - AI 027/TN0336/1) em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.2.28) Cofins - anistia

COFINS Anistia - Ação Judicial proposta pela controlada indireta Eletropaulo em face da Fazenda Nacional visando o reconhecimento dos valores pagos a título de COFINS, considerando as reduções de multa e juros garantidas pela anistia prevista na Lei 9.799/99. Em maio de 2012, houve decisão de 2ª Instância reconhecendo o direito às reduções trazidas pela anistia. Contudo, no teor desta mesma decisão, foi proferido o entendimento de que os encargos legais de 20% sobre o valor do débito não teriam sido afastados pela anistia, permanecendo, portanto, a exigência com relação a este montante, que perfaz o valor de R\$141.272 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$138.600 em 31 de dezembro de 2012).

22.2.29) Ações Anulatórias - Multas de trânsito

A controlada indireta Eletropaulo é autora de 12 Ações Anulatórias de Multas de Trânsito, ajuizadas contra a Prefeitura do Município de São Paulo, visando liminarmente a suspensão e ao final da ação o cancelamento de multas relacionadas a: (i) Rodízio Municipal de Veículos; (ii) Zona Máxima de Restrição de Circulação de caminhões; e (iii) Não Indicação de Condutor correlatas. Duas ações não se discutem débitos no valor de R\$20.102, atualizado até 31 de dezembro de 2013, tiveram decisões desfavoráveis em 2ª instância, contra as quais a controlada indireta Eletropaulo apresentou os competentes recursos. Uma ação que discutia o valor de R\$4.824 (31 de dezembro de 2013) teve decisão final favorável à controlada indireta Eletropaulo, anulando-se os débitos discutidos judicialmente. De acordo com os assessores legais, a chance de perda de todos os casos é classificada como possível. O valor total atualizado em discussão nas 11 ações anulatórias pendentes de decisão final, até 31 de dezembro de 2013, é de R\$41.666.

22.2.30) Reconposição de danos ambientais

Em uma ação relacionada à Usina de Promissão houve julgamento em 1ª instância determinando que a controlada Tietê (i) mantenha o programa de estocagem de peixes e (ii) cumpra as medidas para a proteção do meio ambiente equilibrado sugeridas pelo Perito Judicial. Em 18/04/2013 a ação foi julgada em 2ª instância e o Tribunal de Justiça de SP julgou a Ação Civil Pública improcedente, decisão que não teve recurso do Município autor da ação e foi registrada como definitiva em 17/07/2013. Diante da decisão favorável à AES, com base no parecer de seus consultores jurídicos, o risco de perda relacionado foi alterado para Remoto, aguardando-se apenas a remessa do processo ao arquivo. As demais três ações em andamento, sem decisões desfavoráveis, todas com avaliação da probabilidade de risco de perda avaliada como possível, de forma geral, requerem que a controlada Tietê realize programas de compensação ambiental, bem como apresentam valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

22.2.31) Compensações de IRPJ e CSLL

Conforme mencionado no item (k) da nota explicativa nº 22, a Receita Federal intimou a controlada Tietê sobre a não homologação de 5 (cinco) compensações administrativas de IRPJ e CSLL. De acordo com as informações dos assessores legais, de um total de R\$127.752 (R\$118.943 em 2012) envolvidos na discussão, apenas R\$4.794 (R\$4.685 até dezembro de 2012) são considerados como probabilidade de perda provável, sendo o restante de R\$122.958 (R\$114.258 em 2012) classificado como perda possível.

22.2.32) Auto de infração - água Tietê

Em novembro de 2011, foi lavrado Auto de Infração pela Receita Federal do Brasil - RFB visando a cobrança de R\$117.848 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$114.897 em 31 de dezembro de 2012) em razão de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à controlada Tietê. No momento aguarda-se julgamento do recurso de ofício ao CARF.

22.2.33) Auto de infração - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em outubro de 2012 foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida no ano de 2008 dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela controlada Tietê, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da empresa. Em novembro de 2013 foi apresentado recurso voluntário, que aguarda julgamento. De acordo com os assessores legais, a chance de perda do caso é classificada como possível. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2013 é de R\$6.344 (R\$6.123 em 31 de dezembro de 2012).

22.2.34) Ação civil pública - Mexilhões Dourados

O Ministério Público Federal de Jales (MPF) ajuizou ação civil pública em 25 de março de 2013 contra a controlada AES Tietê, União Federal, IBAMA e Estado de SP visando a adoção de medidas de controle e erradicação para combate à proliferação desordenada do mexilhão dourado no reservatório da UHE Água Vermelha através das medidas de divulgação, monitoramento, capacitação e fiscalização a serem adotadas pela Força Tarefa Nacional de Controle ao Mexilhão Dourado bem como através da execução do plano de execução de manejo sugerido pelo Ministério Público ou, caso isso seja absolutamente impossível, que seja mantido o nível atual da população de mexilhões, sob pena de responsabilização pela sua proliferação no reservatório. Liminarmente são solicitadas providências para (i) Inserção da controlada AES Tietê e do Estado de SP na Força Tarefa Nacional de controle do mexilhão; (ii) 90 dias para apresentação do mapeamento/monitoramento da área contaminada pelo mexilhão, mediante identificação com placas informativas, bem como (iii) a apresentação de Plano de Manejo na forma apontada pelo MPF; (iv) 60 dias para a identificação das áreas de potencial invasão e (v) Participação no custeio da divulgação em mídia sobre as medidas profiláticas adotadas, tudo sob pena de multa diária de R\$10 para caso de descumprimento. Em 05 de setembro de 2013 a controlada Tietê foi citada, e em 04 de outubro de 2013 apresentou contestação e argumentos contrários à ordem liminar solicitada pelo Ministério Público Federal. A classificação de risco da ação, de acordo com parecer de seus consultores jurídicos, é de perda possível. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Tietê terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

22.2.35) Pis/Cofins sobre receita de exportação

Em novembro de 2008, a Receita Federal lavrou Auto de Infração contra a controlada Uruguiana no valor de R\$18.422 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$17.304 em 31 de dezembro de 2012) em razão da suposta incidência de PIS/COFINS sobre a receita decorrente da exportação de energia elétrica gerada pela controlada Uruguiana. Em função da decisão desfavorável proferida pelo CARF, apresentamos recurso à Câmara Superior do CARF, o qual ainda aguarda julgamento.

22.2.36) Ação judicial - período de dezembro de 2000 a março de 2002 - CCEE

A controlada Uruguiana ingressou com ação em face da ANEEL, do ONS e da CCEE, visando (i) a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre Dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via ESS; (ii) a declaração acerca da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Despacho nº 116/2002 da ANEEL, com a consequente manutenção dos preços praticados pela controlada Uruguiana em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar às paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre Dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a refazer a contabilização e liquidação das operações da controlada Uruguiana, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001. No procedimento cautelar foi proferida decisão concedendo à liminar pleiteada pela controlada Uruguiana que determinou a suspensão da exigência dos valores objeto de securitização pela CCEE, antigo MAE, posteriormente, sobrevivendo sentença confirmando a decisão liminar para julgar procedente a medida cautelar. Aguarda-se o julgamento dos recursos de apelação interpostos pela ONS e CCEE. O Procedimento principal, por sua vez, que discute o mérito das alegações suscitadas pela controlada Uruguiana, encontra-se em andamento em 1ª instância, em fase de produção de provas, sem decisão judicial.

22.2.37) Requerimento de arbitragem

Em 6 de abril de 2009, a YPF apresentou requerimento de arbitragem contra a controlada Uruguiana e as empresas Sulgás e Transportadora de Gás Del Mercosur S.A. (TGM) perante a Câmara de Comércio Internacional (ICC) requerendo, dentre outros pedidos, o reconhecimento de que a controlada Uruguiana e a empresa Sulgás repudiaram e, unilateralmente e ilegalmente, rescindiram o contrato de exportação de gás firmado em setembro de 1998, e de que seriam elas as responsáveis por todo e qualquer dano experimentado pelas partes por conta de tal término.

Em 26 de março de 2009, a AES Uruguiana apresentou requerimento de arbitragem perante a Câmara de Comércio Internacional (ICC), contra a Yacimientos Petrolíferos Fiscales ("YPF"), empresa argentina responsável pelo fornecimento de gás à controlada Uruguiana, pleiteando o pagamento de indenização relacionada ao término do contrato de exportação de gás firmado em setembro de 1998 entre YPF, a controlada Uruguiana e a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul ("Sulgás").

Em abril de 2011 os dois procedimentos arbitrais foram consolidados em procedimento único, tendo sido estabelecido um novo cronograma processual para o procedimento unificado. Em dezembro de 2011 foram realizadas as audiências para que fossem ouvidos os peritos e em Janeiro de 2012 foram apresentadas as alegações finais de todas as partes. Em maio de 2013 foi proferida decisão arbitral favorável à controlada Uruguiana. Em Junho de 2013 a YPF questionou judicialmente a decisão arbitral proferida em Mato. Em 29 de julho de 2013, o Tribunal Arbitral decidiu pela suspensão do procedimento de arbitragem até o dia 30 de setembro de 2013, quando após manifestação das partes, decidirá sobre a continuidade da arbitragem e o início da fase de liquidação dos valores a serem pagos a título de indenização pela YPF. Em agosto de 2013, a controlada Uruguiana apresentou ao Tribunal Arbitral pedido de reconsideração da decisão que determinou a suspensão da arbitragem, assim como iniciou ação judicial no Uruguai para anular essa decisão e obter assim o reconhecimento de que eventual pedido de anulação da sentença arbitral deveria ter sido apresentado perante o Poder Judiciário Uruguai. Em 17 de outubro de 2013, o Tribunal Arbitral levantou a suspensão e retomou a arbitragem. O Tribunal Arbitral divulgou, em 10 de dezembro de 2013, o calendário processual final a ser seguido para a segunda fase da arbitragem, com início em janeiro de 2014, para que a controlada Uruguiana, Sulgás e TGM apresentassem seus pedidos de indenização contra a YPF. As audiências para essa fase foram marcadas para novembro de 2014.

Cartas de fiança e caução

Em 31 de dezembro de 2013, as controladas Eletropaulo, Tietê e Uruguiana possuem cartas de fiança para processos judiciais e para compra de energia. As principais cartas de fiança destas controladas estão relacionadas abaixo:

Controlada Eletropaulo				
Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.	
Fiscal	31	1.054.687	1,00% a 6,00%	
Cível	13	73.711	1,20% a 6,33%	
Trabalhista	31	53.890	1,30% a 2,00%	
		1.182.288		
Controlada Tietê				
Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.	
Fiscal	2	1.984	1,40%	
Compra de energia	21	28.351	0,70% a 1,50%	
		30.335		

23. Encargos tarifários e do consumidor a recolher

	Consolidado	
	2013	2012
CIRCULANTE		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	11.082	41.153
Quota para a CCC - Sistemas Isolados	–	28.757
Quota para a Reserva Global de Reversão	–	11.610
Outros encargos	159	285
Total	11.241	81.805
NÃO CIRCULANTE		
Quota para a Reserva Global de Reversão	–	2.705
	–	2.705
De acordo com a Lei nº 12.783/13, foram extintas as arrecadações dos encargos CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), e reduzidas as arrecadações da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético).		

24. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

Controlada Eletropaulo			
	2013	2012	
Saldo Líquido Passivo			
Pesquisa e Desenvolvimento	42.213	45.097	
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	1.413	1.618	
Ministério de Minas e Energia	706	809	
Eficiência Energética	12.305	26.404	
Total	56.637	73.928	
Controlada Tietê			
	2013	2012	
Saldo Líquido Passivo			
Pesquisa e Desenvolvimento	11.030	11.380	
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	846	1.314	
Ministério de Minas e Energia	423	330	
Total	12.299	13.024	
Controlada Uruguiana			
	2013	2012	
Saldo Líquido Passivo			
Pesquisa e Desenvolvimento	1.680	1.443	
Total	1.680	1.443	
Circulante	70.616	88.395	
Não Circulante	55.189	59.111	
Total	126.805	147.506	

De acordo com a Lei nº 9.991/2000 e posteriores atualizações, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo sobre a sua receita operacional líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Distribuição

As concessionárias de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo 0,5% da ROL em projetos de pesquisa e desenvolvimento e 0,5% em programas de eficiência energética voltados ao setor elétrico.

Geração

As concessionárias de geração, as autorizadas à produção independente de energia elétrica e as concessionárias de transmissão ficam obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo 1% da ROL em projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados ao setor elétrico.

25. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
CIRCULANTE				
Devolução - Obrigações vinculadas à concessão	–	–	38.746	38.323
Devolução - Diferença alíquota ICMS - Condomínios (*)	–	–	56.409	–
Empréstimo compulsório Eletrobrás	–	–	58	568
Programa baixa renda	–	–	5.513	5.111
Taxa de fiscalização - ANEEL	–	–	1.753	2.550
Adicional CCC - Lei 12.111	–	–	–	2.427
Recebimento em duplicidade de clientes	–	–	14.952	18.417
Ajuste de faturas - Consumidores	–	–	17.093	11.274
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	–	–	10.608	9.680
Cospip - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	–	–	66.957	48.787
Bônus Itaipu	–	–	3.684	2.797
Credores diversos	–	–	8.768	28.706
Outras	1	1	21.592	17.913
Total	1	1	246.133	186.935
NÃO CIRCULANTE				
Adiantamento relacionado a venda de bens - controlada Eletropaulo	–	–	57.245	20.000
Outras	–	–	6.161	7.051
Total	–	–	63.406	27.051
Total Geral	1	1	309.539	214.004
(*) A Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010 enquadrou o atendimento de áreas coletivas de conjuntos de prédios residenciais (condomínios) na classe tarifária comercial, cuja alíquota de ICMS é de 18%. Releva-se que, anteriormente à publicação do referido normativo, a regulamentação vigente permitia que tais áreas fossem enquadradas tanto na classe tarifária comercial como residencial (alíquota de ICMS de 25%). Desta forma, desde a publicação da nova regra regulatória pela ANEEL, a controlada indireta Eletropaulo vem envidando esforços para a identificação e o reequadramento dessas unidades consumidoras na classe comercial, com consequente alteração da cobrança da alíquota de ICMS de 25% para 18%. Em 2013 a controlada indireta Eletropaulo efetuou novas revisões em sua base cadastral de consumidores (inclusive com a adoção de esforços das equipes in loco), visando identificar condomínios que ainda necessitam sofrer a alteração tarifária (de residencial para comercial). Cabe ressaltar que o valor do ICMS arrecadado a maior foi repassado ao Estado de São Paulo, o que gerou para a controlada indireta Eletropaulo um saldo de ICMS a recuperar sobre a cobrança efetuada a maior (vide nota explicativa nº 6.2), em contrapartida do valor a ser devolvido aos clientes na forma de crédito nas faturas de energia. O montante de R\$56.409 contempla além da diferença de alíquota de ICMS, devolução de tarifa de energia elétrica e PIS/COFINS.				

26. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social autorizado da Companhia é de R\$3.325.493. Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social integralizado da Companhia era de R\$2.960.708, composto por 600.000.001 ações ordinárias e 50.000.007 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais têm as seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; (b) direito de serem incluídas na oferta pública decorrente de alienação de controle, a fim de assegurar-lhes preço igual ao valor pago por ação com direito a voto; e (c) participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve emissão ou resgate de ações.

Composição acionária

	Controladora			
	Ordinárias		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Brasil Holdings Ltda.	300.000.001	50,00	7	–
BNDESPar	300.000.000	50,00	50.000.000	100,00
Total das ações	600.000.001	100,00	50.000.007	100,00

Ajuste de avaliação patrimonial/outros resultados abrangentes

Na controlada indireta Eletropaulo

Em 30 de junho de 2007, a controlada indireta Eietropaulo registrou reavaliação espontânea dos seus ativos no montante de R\$1.128.336, líquido dos efeitos tributários, no patrimônio líquido. Em consequência, a Companhia registrou, naquela data, o reflexo da mais valia na conta de ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$393.463. A amortização dessa mais valia é registrada diretamente na conta de lucros acumulados, concomitantemente ao registro da depreciação, baixa ou alienação dos bens na controlada indireta Eletropaulo.

	Descrição	%	2013	2012
	Ajuste de avaliação patrimonial registrada na controlada Eletropaulo		697.547	743.139
	Participação da AES Elpa na Eletropaulo	30,97%	216.028	230.150
	Participação da Companhia na Eletropaulo	4,44%	30.989	32.995
	Participação da Companhia na AES Elpa	98,26%	212.263	226.145
	Ajuste de avaliação patrimonial reflexa registrada na Companhia		243.252	259.140

Na controlada Tietê

A controlada Tietê decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40, em 1º de janeiro de 2009. Assim, foi elaborado um laudo de avaliação por empresa especializada. Na data de tração, o valor desta mais valia no montante de R\$1.437.823, foi registrado no ativo imobilizado em contra-partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários, pela controlada. Em consequência, a Brasileira registrou, de forma reflexa, o impacto do novo custo atribuído, na conta de ajuste de avaliação patrimonial de controladas, no seu patrimônio líquido, no montante de R\$755.327, na rubrica ajustes de avaliação patrimonial. A amortização dessa mais valia é registrada diretamente na conta de lucro acumulados, concomitantemente ao registro da depreciação, baixa ou alienação desses ativos na controlada Tietê.

	Descrição	%	2013	2012
	Ajuste de avaliação patrimonial registrada na controlada Tietê		1.053.164	1.123.871
	Participação da Companhia	52,55%	553.386	590.482
	Ajuste de avaliação patrimonial reflexa registrada na Companhia		553.386	590.482
	Em ambos os casos, os efeitos tributários sobre essa mais valia estão classificados como Tributos e contribuições sociais diferidos no passivo não circulante, e serão realizados na medida da realização da respectiva mais valia, através da sua depreciação/amortização ou alienação dos bens a ela vinculados.			

Dividendo obrigatório

De acordo com a alínea b do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório devido aos acionistas equivale a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

27. Resultado por ação e destinação de resultado

27.1 Demonstração do cálculo do lucro por ação

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	Acumulado em	
	2013	Reapresentado 2012
Resultado Líquido de Operações Contínuadas originalmente apresentadas	–	340.604
Ajuste reflexo de cálculo atuarial de controladas	–	(18.458)
Resultado Líquido de Operações Contínuadas	517.018	322.146
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	–	–
	517.018	322.146

Denominador (em milhares de ações)

Média ponderada do número de ações ordinárias 600.000 600.000
Média ponderada do número de ações preferenciais 50.000 50.000
Remuneração das ações preferenciais - idênticas às ordinárias 1,00 1,00
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas 50.000 50.000

Denominador ajustado

Denominador para lucro básico e diluído por ação	650.000	650.000
Denominador para lucro básico e diluído por ação ajustado	650.000	650.000
Lucro por ação (R\$ por ação)		
Das Operações Contínuadas		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,79541	0,49561
Lucro básico e diluído por ação preferencial	0,79541	0,49561

Das Operações Descontinuadas

Lucro básico e diluído por ação ordinária	–	–
Lucro básico e diluído por ação preferencial	–	–
Soma - ON	0,79541	0,49561
Soma - PN	0,79541	0,49561

Lucro atribuível ao acionista	Exercício	Ordinárias	Preferenciais	Total
	2013	477.247	39.771	517.018
	2012	297.36		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Outras receitas e custos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Tarifa bancária	-	-	(43.206)	(44.809)
Perdas na desativação de bens e direitos	-	-	(41.270)	(56.977)
Tributos	(284)	-	(28.723)	(29.143)
Arrendamentos e alugueis	(4)	(1)	(24.365)	(23.431)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	(16.954)	(15.668)
Outras	(198)	(315)	(11.354)	(6.995)
Indenizações por danos elétricos e não elétricos - PID	-	-	(19.334)	(12.650)
Seguros	(31)	(33)	(14.055)	(13.181)
Consumo próprio de energia elétrica	-	-	(12.231)	(12.750)
Publicidade	-	-	(11.903)	(18.194)
Taxa de administração - Fundação Cesp	-	-	(9.231)	(10.179)
Baixa do ativo financeiro de concessão	-	-	(8.318)	(8.326)
Responsabilidade social	-	-	(4.064)	(2.290)
Amortização do Uso do Bem Público - UBP	-	-	(2.690)	(2.690)
Ganhos (Perdas) na alienação de bens e direitos	-	-	9.720	(2.024)
Recuperação de Despesas	3	-	37.295	26.688
Total Geral	(514)	(349)	(200.680)	(230.619)

30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	6.033	13.269	133.997	171.200
Acréscimo moratório - consumidores	-	-	74.623	84.183
Multas	-	-	5.159	5.688
Subvenções governamentais	-	-	1.047	329
Atualização de créditos tributários	-	-	6.351	18.478
Outras	-	-	32.615	24.173
Total	6.033	13.269	253.792	304.051
Despesas Financeiras				
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	-	(41)	(346.857)	(372.672)
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	-	-	221	215
Subvenções governamentais	-	-	(1.047)	-
Juros sobre FIs/Pasep e Cofins	-	-	(774)	-
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	-	-	(7.166)	(1.533)
Processos regulatórios - nota explicativa nº 22	-	-	(13.387)	(43.507)
DIC/FIC/DMIC/DICRI (*)	-	-	(18.609)	(24.871)
Perdas em investimentos	-	-	(8.450)	(21.501)
Outras	(1.078)	(1.502)	(46.588)	(37.366)
Total	(1.078)	(1.543)	(442.657)	(501.235)
Variáveis Monetárias e Cambiais Líquidas				
Variáveis monetárias - Empréstimos moeda nacional	-	-	43.685	56.281
Variáveis cambiais - Empréstimos moeda estrangeira	-	-	(528)	(245)
Variáveis cambiais - Itaipu	-	-	(17.365)	(14.559)
Variáveis monetárias - Depósitos judiciais	1.657	11	32.763	45.320
Variáveis monetárias - P&D e Eficiência Energética	-	-	(5.244)	(7.138)
Variáveis monetárias - Ativo financeiro de concessão - nota explicativa nº 12	-	-	116.240	(15.119)
Variáveis monetárias - Golf Village	(870)	(273)	138	42.477
Total	787	(262)	169.689	102.316
Total Líquido	5.742	11.464	(19.176)	(94.868)

(*) DIC, FIC, DMIC e DICRI são indicadores que refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando estes indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia. A controlada indireta Eletropaulo efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

31. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a Provisões Temporariamente Indedutíveis, prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajuste de avaliação patrimonial são registrados nas contas patrimoniais (nota explicativa nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora			
	2013		2012	
	I. Renda	C.Social	I. Renda	C.Social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	-	-	-	-
Diferidos	(404)	(146)	5.954	2.143
Total	(404)	(146)	5.954	2.143
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	517.568	517.568	314.049	314.049
Adições				
Amortização de intangível de concessão	57.482	53.753	58.616	54.728
Juros sobre capital próprio a receber	11.543	11.543	15.978	15.978
Provisões	2.822	2.822	2.644	2.644
Outras	284	284	361	361
Total das adições	72.131	68.402	77.599	73.711
Exclusões				
Resultado de equivalência patrimonial	(610.326)	(610.326)	(404.606)	(404.606)
Amortização de intangível de concessão	(6.371)	(6.371)	(6.371)	(6.371)
Total das exclusões	(616.697)	(616.697)	(410.977)	(410.977)
Total líquido das adições/exclusões	(544.565)	(548.295)	(333.378)	(337.259)
Resultado ajustado	(28.998)	(30.727)	(19.329)	(23.217)
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	28.615	32.345	20.975	24.863
Recuperação de créditos fiscais	-	-	(25.460)	(25.460)
Base de Cálculo Diferido Passivo	1.617	1.618	(23.814)	(23.814)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Total da (despesa) Receita com tributos	(404)	(146)	5.954	2.143

	Consolidado			
	2013		2012	
	I. Renda	C.Social	I. Renda	C.Social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(403.362)	(151.075)	(340.439)	(126.131)
Diferidos	9.266	3.442	12.210	4.500
Total	(394.096)	(147.633)	(328.229)	(121.631)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	1.605.194	1.605.194	1.233.456	1.233.456
Adições (exclusões):				
Amortização de intangível de concessão	141.493	141.493	144.243	144.243
Multas indedutíveis	8.000	8.000	1.805	1.805
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	3.241	3.241	2.671	2.671
Perda indedutíveis no contas a receber (controladas)	286	286	-	-
Perdas de capital - baixa de imobilização	11.899	11.899	9.184	9.184
Doações	18.789	18.789	15.745	15.745
Benefício Fiscal P&D	(14.239)	(14.239)	(17.338)	(17.338)
Provisão impairment (controlada Uruguiana)	(23.086)	(23.086)	(20.254)	(20.254)
Fornecedor gás - reversão YPF (controlada Uruguiana)	(121.738)	(121.738)	-	-
Despesas indedutíveis	2.750	2.750	845	845
Outras	(1.341)	(1.602)	9.712	9.968
Total das adições (exclusões)	26.054	25.793	146.613	146.869
Lucro ajustado	1.631.248	1.630.987	1.380.069	1.380.325
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(407.812)	(146.789)	(345.017)	(124.239)
Prejuízo fiscal sem crédito tributário	15.996	-	9.991	3.588
Outros	(2.280)	(844)	6.797	(990)
Total da (despesa) Receita com tributos	(394.096)	(147.633)	(328.229)	(121.631)

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o Chamado Regime Tributário de Transição ("RTT"), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia e suas controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC's), não gerando impactos de caixa. Tal regime vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline no os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Instrução Normativa RFB nº 1.397 de 16 de setembro de 2013. Adicionalmente foi publicada a Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013.

Esses dois normativos legais tratam de forma geral, da distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio e definem que para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT - Regime Tributário de Transição devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, dentre outras disposições.

Apesar da validade da referida Instrução Normativa estar sendo amplamente discutida no mercado, a Companhia e suas controladas, amparadas também pela posição de seus assessores externos, avaliaram os possíveis impactos de sua aplicabilidade até o ano-base de 2013 e não identificaram efeitos relevantes sobre suas demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas não optaram pela aplicação dos efeitos da MP. 627/13 para o ano-calendário de 2014, conforme prevê o artigo 71, desta forma os impactos dessa Medida Provisória deverão ocorrer somente a partir de 1º de janeiro de 2015.

32. Partes relacionadas

32.1 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela AES Holdings Brasil Ltda., a qual é controlada indiretamente pela The AES Corporation, empresa com sede nos Estados Unidos da América e listada na SEC - Securities and Exchange Commission. A Companhia é uma sociedade por ações, de capital fechado, e tem por objeto exercer o controle das seguintes empresas operacionais: Eletropaulo, Tietê e Uruguiana S.A., mediante participação direta no capital dessas sociedades. Adicionalmente, a Companhia detém o controle de uma comercializadora de energia elétrica e prestadora de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica (AES Serviços). A Companhia detém ainda o controle direto da AES Elpa S.A., a qual é controladora direta da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo").

As principais transações e saldos entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativo Circulante				
Juros sobre capital próprio e Dividendos a receber				
AES Tietê S.A. - Juros sobre capital próprio				
AES Elpa - Dividendos	9.811	11.453	-	-
AES Eletropaulo - Juros sobre capital próprio	3.181	2.128	-	-
AES Eletropaulo - Dividendos	-	25	-	-
	15.113	13.606	-	-
Outros Créditos - Energia no Curto Prazo - MAE - Eletropaulo x AES Sul (vi)	-	-	2.759	2.759
Outros Créditos - Contrato de sublocação - Eletropaulo x AES Sul (iv)	-	-	9	6
	-	-	2.768	2.765
Ativo Não Circulante				
Investimentos - recursos destinados a aumento de capital (i)	429.200	429.200	-	-
	429.200	429.200	-	-
Passivo Circulante				
Fornecedores - AES Eletropaulo x AES Big Sky (iii)	-	-	912	460
Fornecedores - AES Tietê x AES Big Sky (iii)	-	-	95	-
	-	-	1.007	460
Passivo Não Circulante				
Contas a pagar - partes relacionadas				
AES Corporation	9.010	9.010	9.010	9.010
AES Eletropaulo (ii)	193	15.113	-	-
	9.203	24.123	9.010	9.010
Provisões para processos judiciais e outros				
Despacho 288 - AES Tietê x AES Sul (nota 22 - item j)	-	-	27.265	25.817

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Resultado				
Receitas financeiras - Venda crédito ICMS AES Sul x Uruguiana	-	-	-	89
Variáveis Monetárias - AES Eletropaulo (ii)	(325)	(928)	-	-
Custo Serviço de Terceiros - AES Eletropaulo x AES Big Sky (iii)	-	-	(1.840)	(2.260)
Custo Serviço de Terceiros - AES Tietê x AES Big Sky (iii)	-	-	(138)	-
Contrato de sublocação - Eletropaulo x Brasileira (iv)	(4)	(1)	-	-
Contrato de sublocação - Eletropaulo x AES Holdings Brasil (iv)	-	-	-	1
Contrato de sublocação - Eletropaulo x AES Sul (iv)	-	-	108	25
Variáveis Monetárias - AES Tietê x AES Sul (v)	-	-	(1.448)	(1.679)
	-	-	(329)	(929)
	-	-	(3.314)	(3.824)

- (i) Refere-se aos encargos moratórios da dívida da controlada AES Elpa com o BNDES, os quais foram assumidos pela Companhia em decorrência da reestruturação societária do Grupo AES, que deverão ser objeto de capitalização. Esses valores não estão sujeitos à atualização monetária.
- (ii) Conforme contrato de venda da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. para a TIM Celular S.A., a Companhia deveria manter em conta específica recursos como garantia de obrigações de ajuste de preço de venda. A Companhia resgatou parcialmente o depósito que mantinha em conta garantida o qual foi repassado para a controlada indireta Eletropaulo de acordo com o termo de cessão de crédito firmado.
- (iii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de processamento e operacionalização da gestão de sistemas informatizados e integrados com a empresa coligada AES Big Sky.
- (iv) Corresponde ao contrato de sublocação de partes de imóvel comercial celebrados entre a controlada indireta Eletropaulo (ANEEL) e a Companhia (sublocatária) e também a AES Holdings Brasil (sublocatária) e a AES Sul (sublocatária), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do despacho nº 2.804/2012.
- (v) Refere-se à contingência entre AES Sul e a controlada Tietê onde se questiona os termos do Despacho 288/2002 da ANEEL que regulamentou operação de venda de energia efetuada pela AES Sul.
- (vi) Crédito que a controlada indireta Eletropaulo detém contra a AES Sul, oriundo de compra de energia no curto prazo no âmbito do Mercado Atacadista de Energia - MAE no período entre 1999 e 2000. A AES Sul não concorda com o valor imposto pelo MAE, tendo, portanto, ajuizado ação visando discutir o valor judicialmente. Ainda não houve decisão.

32.2 Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010, a Companhia e suas controladas devem divulgar a remuneração de sua alta administração. Abaixo a remuneração consolidada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	Consolidado	
	Acumulado	
	2013	2012
Benefícios de Curto Prazo (a)	15.633	16.841
Benefícios Pós-emprego (b)	416	441
Outros Benefícios de Longo Prazo (c)	458	552
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho (d)	427	52
Remuneração Baseada em Ações (e)	1.152	1.112
Total	18.086	18.998
a) referem-se aos ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);		
b) referem-se às pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;		
c) refere-se à licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas;		
d) refere-se à benefícios concedidos quando da rescisão de contrato de trabalho; e		
e) refere-se às opções de ações concedidas pela controladora, The AES Corporation aos executivos das controladas através da outorga de instrumentos patrimoniais.		
A remuneração dos administradores da Companhia foi aprovada pelos seus acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 04 de abril de 2013.		
Os valores referentes ao pagamento baseado em ações são pagos pela The AES Corporation e não há ônus para a Companhia.		

33. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

33.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4);
- b) Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 4);
- c) Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias (nota explicativa nº 5);
- d) Contas a receber - Acordos (nota explicativa nº 9);
- e) Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 22);
- f) Ativo financeiro de concessão (nota explicativa nº 12);
- g) Fornecedores (nota explicativa nº 17);
- h) Contas a pagar por compra de energia - CCEE (nota explicativa nº 17);
- i) Empréstimos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

35. Ativos e passivos regulatórios - controlada indireta Eletropaulo

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade e as Normas Contábeis adotadas no Brasil, a controlada indireta Eletropaulo reverteu integralmente os saldos dos ativos e passivos regulatórios. Caso os ativos e passivos regulatórios não tivessem sido revertidos, a controlada indireta Eletropaulo teria registrado em suas informações contábeis os seguintes saldos de ativos e passivos regulatórios:

ATIVO	2013	2012
CIRCULANTE		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	161.646	427.138
Outros componentes financeiros da tarifa	64.517	45.573
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	226.163	472.711
NÃO CIRCULANTE		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	127.194	286.341
Outros componentes financeiros da tarifa	60.958	9.761
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	188.152	296.102
TOTAL DO ATIVO	414.315	768.813
PASSIVO	2013	2012
CIRCULANTE		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	73.279	174.112
Outros componentes financeiros da tarifa	25.324	49.420
Revisão Tarifária - Fator Xe	72.207	36.186
Impacto de postergação da Revisão Tarifária - nota 34.4. (b.4)	573.396	181.961
Revisão tarifária - Universalização	7.311	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	751.517	441.679
NÃO CIRCULANTE		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	40.503	65.322
Outros componentes financeiros da tarifa	14.575	18.528
Revisão Tarifária - Fator Xe	54.114	54.279
Impacto de postergação da Revisão Tarifária - nota 34.4. (b.4)	191.704	909.807
Revisão tarifária - Universalização	7.311	-
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	308.207	1.047.936
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Prejuízos acumulados	(720.802)	(491.451)
Resultado do Exercício	75.393	(229.351)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(645.409)	(720.802)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	414.315	768.813
RESULTADO	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	352.665	(775.769)
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
Custo com Energia Elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda	(106.594)	390.290
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(126.108)	206.054
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	(232.702)	596.344
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA		
Receitas financeiras	60.962	23.622
Despesas financeiras	(105.532)	(73.549)
TOTAL RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	(44.570)	(49.926)
RESULTADO	75.393	(229.351)

36. Seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia e suas controladas, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada (R\$ mil)
	de	até	
Riscos operacionais	1-abr-2013	1-abr-2014	R\$ 2.000.000
Vida em grupo	1-jan-2013	1-jan-2015	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.300
Responsabilidade Civil	1-jun-2013	1-jun-2014	R\$ 30.000
Responsabilidade Civil - D&O (i)	15-fev-2013	1-abr-2014	R\$ 50.000
Frota veículos - RCF	31-ago-2013	1-abr-2014	RCF Garantia Única R\$ 1.000

(i) Responsabilidade Civil - D&O da Cia. Brasileira de Energia também garante cobertura para os executivos das empresas controladas Eletropaulo, Tietê, Eipa, Uruguaiana e Infoneergy.

Em linha com a política de contratação de seguros da Companhia, contratou-se apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O) visando garantir aos administradores o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, durante o exercício de suas atividades. A apólice está vigente até 1º de abril de 2014 e tem limite máximo de indenização de R\$500.000. O seguro foi contratado em nome da Brasileira, sendo que a mesma também abrange os executivos da Companhia. Desta forma, cada sociedade controlada pela Brasileira é responsável pelo pagamento de parte do prêmio da apólice.

37. Investimentos em meio ambiente

Gastos meio ambiente - controlada Eletropaulo	2013	2012
Gastos Meio Ambiente		
Custos Diretos	7.279	3.068
SGA - Sistema de Gestão Ambiental e outros	1.494	1.463
Licenciamentos e Compensações Ambientais	1.760	1.313
Recuperação da Qualidade do Solo e Águas Subterrâneas	13.776	11.256
Adequações Ambientais e Prevenção à Poluição	4.056	2.078
Treinamentos Operacionais	26	1
Comunicação	19	-
Subtotal	28.410	19.179
Projetos de P&D (*)	20	655
Projetos de Eficiência Energética (*)	57.260	35.008
Total	85.690	54.842

(*) Em conformidade com a Lei nº 9.991/2000 e disposições posteriores correlatas, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de 0,5% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e de Eficiência Energética, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Do total de gastos com meio ambiente efetuado pela controlada indireta Eletropaulo em 2013, R\$81.634 (R\$52.304 em 2012) foram registrados no resultado do exercício e R\$4.056 (R\$2.538 em 2012) foram destinados a investimentos ao ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE.

A controlada indireta Eletropaulo em busca da excelência ambiental, manteve em 2013 seu escopo de certificação ambiental ISO 14001:04 para todas as suas atividades, reafirmando seu compromisso no atendimento à legislação ambiental, aos seus padrões ambientais e manutenção de seu Sistema de Gestão Ambiental. Para sua manutenção estão previstos vários projetos relacionados à prevenção à poluição, dentre eles está a construção de caixas de contenção e separadoras de água e óleo em subestações, com previsão de investimentos até 2017. Ainda foram realizadas e estão previstas melhorias da gestão da arborização urbana, fiscalização de contratados, gestão de resíduos, licenciamentos e compensações ambientais, gestão de passivos ambientais, manutenção de áreas verdes, treinamentos, comunicação e projetos em parceria com prefeituras.

Gastos meio ambiente - controlada Tietê

Do total de gastos com meio ambiente em 2013, R\$12.071 (R\$7.525 em 2012) foram registrados no resultado do exercício e R\$630 (R\$910 em 2012) foram destinados a investimentos registrados como ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE.

Gastos Meio Ambiente	2013	2012
Licenciamentos e Programas Ambientais	8.934	4.684
Custos Diretos	326	690
SGA - Sistema de Gestão Ambiental	1.455	1.397
Projetos de P&D	1.986	1.664
Total	12.701	8.435

A controlada Tietê segue num constante engajamento e responsabilidade com as questões ambientais e busca excelência e embasamento sólido para o planejamento de suas ações.

Em 2013 a controlada Tietê manteve a certificação ISO 14001:2004 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001:2007 (Saúde e Segurança do Trabalho) no Sistema de Gestão Integrado, garantindo assim a padronização dos processos relacionados à Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente em todas as suas usinas.

O engajamento nas questões das mudanças climáticas tem sido crescente e em 2013 a controlada Tietê publicou seu Inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa no Registro Público de Emissões, iniciativa da Fundação Getúlio Vargas - Empresas pelo Clima (EPC). Respondeu o relatório CDP Investors (Carbon Disclosure Project) e o Índice de Sustentabilidade (ISE) da BM&FBOVESPA, reportando informações relativas ao tema.

O Projeto MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) de reforçamento aguarda aprovação final das Nações Unidas quanto ao relatório de monitoramento dos créditos de carbono verificados no primeiro período do projeto (2001-2012). Após o processo de verificação ser finalizado, a controlada Tietê receberá os créditos de carbono gerados pelo projeto ao longo dos anos. Ainda não há estimativa de valor, devido ao processo estar em andamento.

A controlada Tietê desenvolve projetos que consolidam também seu engajamento nos esforços de restauração e preservação da biodiversidade, sendo eles:

- (i) O programa de manejo de flora o qual garante a produção de 1 milhão de mudas de espécies arbóreas nativas em viveiro próprio e sementes coletadas através de matrizes selecionadas nas bacias hidrográficas onde seus reservatórios estão instalados, mantendo em média a variedade de 120 espécies distintas, garantindo a biodiversidade florestal;
 - (ii) O programa de repovoamento dos reservatórios que tem como objetivo manter a biodiversidade da ictiofauna nos reservatórios, bem como garantir a continuidade da atividade pesqueira pelas comunidades ribeirinhas. Desta forma mantém uma meta anual de produção de 2,5 milhões de alevinos de espécies nativas do rio Tietê nas unidades de hidrobiologia e aqüicultura, localizadas na Usina Hidroelétrica Promissão e na Usina Hidroelétrica Barra Bonita, promovendo a reprodução de seis espécies nativas do rio Tietê (pacu-guaçu, curimatã, dourado, piranjuba, tabarana e piapara), observadas durante o período da piracema (movimento migratório dos peixes em retorno às nascentes), as quais vêm apresentando registros de recuperação da população nas águas do rio Tietê;
 - (iii) O programa de monitoramento da qualidade da água é essencial para o entendimento da estrutura e funcionamento desses ecossistemas aquáticos e das variações espaciais e temporais de longo prazo, buscando verificar a produtividade biológica dos reservatórios, estado trófico e a qualidade da água, através da avaliação das variações sazonais de parâmetros físicos, químicos e biológicos.
- A restauração das bordas dos reservatórios vem sendo obtida por meio de reflorestamentos e também pela remoção de ocupações irregulares e posterior recuperação da área. Os critérios inseridos nos contratos de promessa e de uso de bordas de reservatórios, consideram na íntegra a legislação ambiental pertinente e ainda visando à prevenção de processos de degradação e poluição ambiental.

38. Compromissos

Os compromissos das principais controladas são:

AES Eletropaulo

O principal insumo da controlada indireta Eletropaulo é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

Em 31 de dezembro de 2013, a controlada indireta Eletropaulo possui cinco tipos básicos de acordos de fornecimento:

- (i) Quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027,
- (ii) Quotas de suprimento de energia de projetos do PROINFRA;
- (iii) Contrato de Cotas de Garantia Física - CCGF
- (iv) Acordos bilaterais (curto e longo prazo) com geradoras particulares, inclusive a coligada Tietê; e
- (v) Compras através de Leilão.

As obrigações de compra da controlada indireta Eletropaulo com Itaipu são vinculadas ao Dólar e, portanto, a controlada está exposta ao risco das taxas de câmbio em caso de valorização do Dólar frente ao Real.

Adicionalmente, a controlada indireta Eletropaulo incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

A controlada indireta Eletropaulo também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

AES Tietê

A controlada Tietê incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, e contratos de conexão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

A controlada Tietê possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

A controlada Tietê também possui contratos de compra de energia.

A controlada Tietê não possui garantias e utilização de limites de crédito financeiro em 31 de dezembro de 2013.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Andrés Ricardo Gluski Weibert
Presidente do Conselho

Marco Antonio De La Rosa Ascanio

Britaldo Pedrosa Soares

Marcelo Marcolino

Marcelo de Carvalho Lopes

DIRETORIA

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor

Vitor Cuminato Filho
Diretor de Controladoria Corporativa
Newton Akira Fukumitsu
Contador - CRC 1SP 190768/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia Brasileira de Energia
Barueri - São Paulo

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia Brasileira de Energia ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Energia em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas
Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Brasileira de Energia em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Brasileira de Energia essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente
O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, em 1º de janeiro de 2012 (derivado das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011) preparado originalmente antes dos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) implementado em 1º de janeiro de 2013, descritos na nota nº 3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 24 de fevereiro de 2012. Como parte do nosso exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 examinamos os ajustes nos valores correspondentes dos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2012 e em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre eles tomados em conjunto.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2014

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da **Companhia Brasileira de Energia** ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhã Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri - SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Barueri, 12 de fevereiro de 2014
Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor

Troféu Transparência 2013

(ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade)

Reconhecimento pela clareza, qualidade e idoneidade das informações financeiras.

Isso mostra que transparência faz parte de nosso dia a dia.

